O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	**CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS**	**17.281.106/0001-03**
4 - NIRE		
31300036375		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO	
RUA MAR DE ESPANHA, 525				SANTO ANTÔNIO	
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO				5 - UF
30270-330	BELO HORIZONTE				MG
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX	
31	3250-2015	3250-1214	3250-2040		
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX		
31	3250-1409	3250-1409	-		
15 - E-MAIL					
dfi@copasa.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME					
RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS					
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO	
RUA MAR DE ESPANHA, 525				SANTO ANTÔNIO	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO				6 - UF
31330-270	BELO HORIZONTE				MG
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX	
31	3250-2015	3250-1214	3250-2040		
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX		
31	3250-1409	3250-1312	-		
16 - E-MAIL					
dfi@copasa.com.br					

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2008	31/12/2008	1	01/01/2008	31/03/2008	4	01/10/2007	31/12/2007

9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	10 - CÓDIGO CVM
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES SS	00471-5
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	12 - CPF DO RESP. TÉCNICO
JOÃO RICARDO P. COSTA	722.071.677-04

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2008	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2007	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2007
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	115.165	115.165	115.165
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	115.165	115.165	115.165
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	370	370	370
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	370	370	370

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Estatal
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1160 - Saneamento,Serv. Água e Gás
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Fornecer água tratada e coletar e tratar esgoto
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	16/01/2006	1.818.780	102.791	JCP Acionistas R$	894	115,0000000000
02	06/02/2006	2.541.857	723.077	Subscrição Particular em Dinheiro	30.769	23,5000000000
03	08/03/2006	2.632.242	90.385	Subscrição de lote suplementar	3.846	23,5000000000

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
04/08/2008	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2008	4 - 31/12/2007
1	Ativo Total	5.838.481	5.764.112
1.01	Ativo Circulante	1.321.409	1.374.216
1.01.01	Disponibilidades	960.777	989.493
1.01.01.01	Caixa e bancos	37.945	166.378
1.01.01.02	Títulos e valores mobiliários	922.832	823.115
1.01.02	Créditos	332.809	349.177
1.01.02.01	Clientes	324.867	335.819
1.01.02.02	Créditos Diversos	7.942	13.358
1.01.02.02.01	Adiantamento a empregados	6.018	6.932
1.01.02.02.02	Despesas antecipadas	1.539	5.519
1.01.02.02.03	Outros	385	907
1.01.03	Estoques	27.271	26.512
1.01.04	Outros	552	9.034
1.01.04.01	Impostos a recuperar	552	8.658
1.01.04.02	Imp de renda e contrib social diferidos	0	376
1.02	Ativo Não Circulante	4.517.072	4.389.896
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	350.062	345.063
1.02.01.01	Créditos Diversos	350.062	345.063
1.02.01.01.01	Contas a receber de clientes	179.675	185.574
1.02.01.01.02	Imp de renda e contrib social diferidos	53.886	52.352
1.02.01.01.03	Depósitos judiciais	13.847	13.899
1.02.01.01.04	Caução em garantia de financiamentos	55.156	50.700
1.02.01.01.05	Outros	47.498	42.538
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	4.167.010	4.044.833
1.02.02.01	Investimentos	22.036	15.150
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	13.931
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	1.219
1.02.02.02	Imobilizado	3.953.423	3.846.815
1.02.02.03	Intangível	191.551	182.868
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2008	4 - 31/12/2007
2	Passivo Total	5.838.481	5.764.112
2.01	Passivo Circulante	495.593	521.670
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	101.093	95.760
2.01.02	Debêntures	51.097	48.590
2.01.03	Fornecedores	64.407	92.600
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	32.259	34.042
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	62.211	56.446
2.01.06.01	Provisões tributárias	8.685	5.392
2.01.06.02	Provisão para férias	46.420	51.054
2.01.06.03	Provisão para 13º salário	7.106	0
2.01.06.04	Provisão para contingências	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	184.526	194.232
2.01.08.01	Participação dos empregados nos lucros	20.821	20.821
2.01.08.02	Juros sobre o capital próprio	77.129	77.135
2.01.08.03	Convênio de cooperação técnica	37.894	37.726
2.01.08.04	Plano de previdência complementar	8.593	12.887
2.01.08.05	Obrigações diversas	40.089	45.663
2.02	Passivo Não Circulante	1.738.996	1.731.084
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.738.996	1.731.084
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	779.968	765.324
2.02.01.02	Debêntures	538.861	549.411
2.02.01.03	Provisões	140.553	137.504
2.02.01.03.01	Provisões para contingências	34.441	32.737
2.02.01.03.02	Provisões tributárias	106.112	104.767
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	8.797	8.797
2.02.01.06	Outros	270.817	270.048
2.02.01.06.01	Plano de previdência complementar	154.529	153.896
2.02.01.06.02	imp de renda e contrib social diferidos	16.147	15.855
2.02.01.06.03	Obrigações diversas	100.141	100.297
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	3.603.892	3.511.358
2.04.01	Capital Social Realizado	2.632.242	2.632.242
2.04.02	Reservas de Capital	75.991	70.388
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	808.728	808.728
2.04.04.01	Legal	66.077	66.077

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2008	4 -31/12/2007
2.04.04.02	Estatutária	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	742.651	742.651
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	86.931	0
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/03/2008	4 - 01/01/2008 a 31/03/2008	5 - 01/01/2007 a 31/03/2007	6 - 01/01/2007 a 31/03/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	521.404	521.404	479.165	479.165
3.01.01	Serviços de água	395.336	395.336	346.847	346.847
3.01.02	Serviços de esgoto	126.068	126.068	132.318	132.318
3.02	Deduções da Receita Bruta	(54.101)	(54.101)	(48.223)	(48.223)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	467.303	467.303	430.942	430.942
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(231.071)	(231.071)	(209.450)	(209.450)
3.05	Resultado Bruto	236.232	236.232	221.492	221.492
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(100.689)	(100.689)	(94.490)	(94.490)
3.06.01	Com Vendas	(37.640)	(37.640)	(34.722)	(34.722)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(64.557)	(64.557)	(66.135)	(66.135)
3.06.03	Financeiras	3.558	3.558	4.174	4.174
3.06.03.01	Receitas Financeiras	37.556	37.556	35.104	35.104
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(33.998)	(33.998)	(30.930)	(30.930)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	8.551	8.551	11.216	11.216
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(9.957)	(9.957)	(9.023)	(9.023)
3.06.05.01	Provisões Tributárias	0	0	0	0
3.06.05.02	Outras Despesas Operacionais	(9.957)	(9.957)	(9.023)	(9.023)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(644)	(644)	0	0
3.07	Resultado Operacional	135.543	135.543	127.002	127.002
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	135.543	135.543	127.002	127.002
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(48.612)	(48.612)	(42.332)	(42.332)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/03/2008	4 - 01/01/2008 a 31/03/2008	5 - 01/01/2007 a 31/03/2007	6 - 01/01/2007 a 31/03/2007
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	86.931	86.931	84.670	84.670
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	114.795	114.795	114.795	114.795
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,75727	0,75727	0,73758	0,73758
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

01. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais, denominada "COPASA", "Controladora" ou "Companhia", é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Seu objeto é planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, administrar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, podendo atuar no Brasil e no exterior. A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

A COPASA possui 100% de participação societária nas seguintes empresas em 31 de março de 2008:

- Subsidiária Integral COPASA Águas Minerais de Minas S/A, criada pela Lei Estadual nº. 16.693, de 11 de janeiro de 2007, com o objeto de produzir, envasar, distribuir e comercializar águas minerais das fontes das quais seja proprietária ou concessionária, além de administrar e explorar os Parques das Águas de Caxambu, Araxá, Cambuquira e Lambari.

- Subsidiária Integral COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR, criada pela Lei Estadual nº. 16.698, de 17 de abril de 2007, com o objeto de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

- Subsidiária Integral COPASA Serviços de Irrigação S/A, criada pela Lei Estadual nº. 16.698, de 17 de abril de 2007, que tem por objeto administrar, executar e explorar os serviços do sistema de irrigação do Projeto Jaíba e realizar a sua manutenção, para o que poderá utilizar recursos e pessoal próprio ou de terceirizados. A Subsidiária, sempre que vantajoso em termos econômicos poderá contratar, mediante regular processo de licitação, a execução das obras e serviços necessários à operação do sistema, bem como adquirir produtos, equipamentos e materiais que se façam necessários ao desempenho de suas atividades.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Atuamos em 886 localidades no Estado de Minas Gerais (não auditado) (879 em dezembro de 2007 - não auditado), em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário, merecendo destaque as vinte maiores concessões de água e esgoto das quais a Companhia é detentora:

Concessões de água			Concessões de esgotamento sanitário	
Localidade	Nº. de economias (não auditado)	Vencimento	Localidade	Vencimento
Belo Horizonte	875.130	2032	Belo Horizonte	2032
Contagem	196.571	2073	Contagem	2073
Betim	112.027	2042	Montes Claros	2028
Montes Claros	102.046	2028	Betim	2042
Divinópolis	76.541	2033	Ipatinga	2022
Ribeirão das Neves	74.402	2034	Ribeirão das Neves	2034
Ipatinga	68.643	2022	Santa Luzia	2013
Santa Luzia	59.055	2013	Varginha	2013
Patos de Minas (*)	46.439	2007	Pouso Alegre	2026
Varginha	42.764	2013	Conselheiro Lafaiete	2009
Pouso Alegre	42.022	2026	Araxá	2032
Ibirité	41.684	2034	Lavras	2034
Conselheiro Lafaiete	39.462	2009	Teófilo Otoni	2034
Teófilo Otoni	36.756	2034	Ibirité	2034
Sabará (*)	36.217	2007	Itajubá	2034
Lavras	33.407	2034	Alfenas	2033
Araxá	32.294	2032	Coronel Fabriciano	2033
Itajubá	30.099	2034	Pará de Minas	2009
Ubá	29.811	2014	Três Corações	2034
Alfenas	27.730	2033	Vespasiano	2034

(*) O contrato de concessão com o Município de Patos de Minas encerrou-se em 05 de julho de 2007 e com o Município de Sabará em 03 de agosto de 2007, entretanto, a Companhia já iniciou negociações para a renovação destes contratos, o que deve estar concluído em breve. O faturamento para o 1º trimestre de 2008 em Patos de Minas foi de R$4.200, e em Sabará de R$3.600, ou 0,77% e 0,65% do faturamento de água da Companhia, respectivamente.

Nos sistemas operados pela Copasa, os bens pertencentes aos Municípios foram incorporados ao imobilizado da Companhia como ativos intangíveis, pelo valor determinado em laudos técnicos de avaliação econômico-financeira, e são depreciados pelo método linear, com base na estimativa de vida útil dos mesmos, exceto os bens pertencentes aos sistemas de Além Paraíba e Ipatinga, que são depreciados de acordo com os prazos estabelecidos contratualmente.

Na maioria dos contratos há previsão das prefeituras participarem com 20% dos investimentos em saneamento realizados no município, sob a forma de integralização de capital na Companhia. Findo o prazo de concessão, e não havendo renovação da mesma, os bens incorporados ao patrimônio da Copasa, bem como aqueles decorrentes de investimentos da Companhia, reverterão ao patrimônio do Município, deduzida a participação no capital, mediante indenização à Copasa, com exceção de Além Paraíba e Ipatinga que serão devolvidos livres de quaisquer ônus. Esta indenização, nos contratos assinados até junho de 2006, corresponde ao valor do ativo líquido do sistema. Nos contratos assinados a partir de julho de 2006, a indenização devida pelo Município passou a ser calculada com base em laudos técnicos de avaliação dos bens integrantes do sistema, à época da devolução do mesmo. No caso da Prefeitura de Belo Horizonte, cujo contrato de concessão foi renovado em 2002, vide comentários adicionais na nota 17.

02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Alterações da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº. 11.638/07

Em 28 de dezembro de 2007 foi sancionada a Lei nº. 11.638 que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e à Lei nº. 6.385 de 7 de dezembro de 1976. O principal objetivo dessas alterações e introduções é atualizar a legislação societária brasileira para permitir a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as práticas internacionais de contabilidade definidas pelas normas emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. Em 2 de maio de 2008, a CVM emitiu a Instrução CVM nº. 469 que normatiza a Lei no 11.638/07.

Os requerimentos desta nova Lei aplicam-se às demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2008, sendo que as alterações nessas demonstrações para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2008 deverão também ser aplicadas retroativamente a 31 de dezembro de 2007 ou a todos os períodos apresentados relativos a 2007 para fins de apresentação e comparabilidade das demonstrações contábeis a serem divulgadas em 2008.

Dentre as principais alterações nas normas contábeis introduzidas pela nova Lei, destacamos abaixo somente aquelas que, numa análise preliminar efetuada pela Administração, com base na nova Lei e na Instrução CVM nº. 469, podem vir a impactar as demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas:

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Requerimentos de que as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, sejam registradas: (i) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e (ii) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior. A Administração da Companhia entende que suas aplicações financeiras estão em linha com as exigências da CVM, ou seja, nenhum efeito significativo deverá ser apurado na adoção da referida regra. Com relação aos instrumentos financeiros derivativos, diante do volume de contratos com diferentes prazos e condições de remuneração, a Administração aguarda a regulamentação e normatização das alterações introduzidas pela Lei nº. 11.638 para desenvolver estudos mais detalhados permitindo assim uma adequada contabilização e divulgação do assunto.

- Os ativos e passivos de longo prazo devem ser ajustados pelo seu valor presente. Os demais saldos devem ser ajustados ao seu valor presente, apenas quando houver efeito relevante nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia pretende desenvolver estudos mais detalhados permitindo assim uma adequada contabilização e divulgação do assunto. Análises estão sendo elaboradas para selecionar taxas e prazos, bem como as contas sujeitas a aplicação dos conceitos de valor presente.

- Possibilidade de manter separadamente a escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na seqüência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis. A Companhia está avaliando os impactos da aplicação dessa introdução em sua estrutura de controles internos para melhor definir a prática a ser adotada.

- Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, os riscos e o controle dos bens, como, por exemplo, o arrendamento mercantil financeiro. A Companhia tem por prática contábil reconhecer os arrendamentos mercantis financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas (Nota 9), sendo que os efeitos destes no patrimônio líquido e lucro do trimestre não são significativos, desta forma o reconhecimento destes direitos nas demonstrações financeiras da Companhia, não deverão provocar impactos significativos.

- Os investimentos em coligadas cuja Administração tenha influência significativa ou que participe em 20% ou mais do capital votante (e não mais do capital total), em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum devem ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O conceito de relevância foi eliminado. A Administração da Companhia entende que a referida mudança não deverá causar nenhum impacto significativo nas demonstrações financeiras.

- Inclusão da Demonstração do Valor Adicionado – DVA no conjunto das demonstrações financeiras. A Administração da Companhia irá apresentar a referida demonstração de valor adicionado quando da preparação das demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2008.

Considerando que o processo de normatização demandará a emissão de diversos novos pronunciamentos, a Administração da Companhia optou pela aplicação do disposto na Lei no 11.638/07 somente nas demonstrações financeiras do encerramento do exercício social de 2008. Desta forma, as demonstrações financeiras deste trimestre e as dos períodos anteriores apresentados para fins de comparação foram elaboradas sem contemplar as modificações de práticas contábeis previstas na referida lei, conforme facultado pela CVM. A Administração aguarda a regulamentação e normatização adicionais destes e de outros assuntos pelos órgãos competentes, para que obtenha todos os elementos necessários para determinação, registro e divulgação de todos os efeitos da Lei 11.638 sobre suas demonstrações financeiras para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2008. A Companhia pretende divulgar nos próximos trimestres os impactos no patrimônio líquido e lucro decorrente da implementação das medidas acima comentadas face à evolução de suas análises, bem como interpretações adicionais advindas nos órgãos reguladores, incluindo a Instrução CVM nº. 469.

2.2 As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2.3 A aprovação das Demonstrações Financeiras foi realizada pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores em 12 de maio de 2008.

03. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas segundo o regime de competência. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos na competência adequada.

(b) Ativos circulante e não circulante

Os estoques de manutenção são avaliados pelo custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado. Os demais ativos são apresentados pelo valor histórico, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridos, em base pró-rata dia.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir potenciais perdas nas contas a receber, de acordo com os seguintes critérios:

Contas a receber de clientes

- Valores até R$5, vencidos há mais de 180 dias:

Tais créditos, exceto os relativos ao Governo do Estado e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, são considerados como perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixados contra o resultado, na rubrica despesas comerciais.

- Valores acima de R$5, vencidos há mais de 180 dias:

É constituída provisão para devedores duvidosos para todos os créditos, exceto para os relativos ao Governo do Estado e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, vencidos entre 180 e 360 dias, a crédito da rubrica provisão para devedores duvidosos e a débito do resultado. Assim que o crédito ultrapassa 360 dias de atraso, o mesmo é baixado contra o resultado.

- Outros créditos a receber de órgãos do Governo Municipal e Federal:

A partir de 1º de setembro de 2003, de acordo com posição adotada pela Administração, os créditos a receber de órgãos do Poder Federal e Municipal, decorrentes de convênios, contratos e outras operações, vencidos há mais de 360 dias, passaram a ser integralmente provisionados.

- Provisão complementar:

A Administração também constitui provisão complementar para outros créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, para clientes que possuem fatura(s) inserida(s) na provisão para devedores duvidosos.

(d) Investimentos

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, sendo as demais participações societárias permanentes avaliadas pelo método do custo de aquisição.

(e) Ativo Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido até 31 de dezembro de 1995, com base em índices oficiais, combinado com os seguintes aspectos:

- ativo imobilizado depreciado segundo as taxas descritas na nota 09;
- ao imobilizado são acrescidos os juros sobre financiamentos para obras, incorridos até a data de entrada das mesmas em operação.

(f) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, em base pró-rata dia.

(g) Juros sobre o capital próprio

Os juros a pagar a acionistas, calculados nos termos da Lei nº. 9.249/95, são registrados no resultado, na rubrica despesas financeiras, conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são revertidos do resultado e apresentados a débito de lucros acumulados.

(h) Imposto de renda e contribuição social

Registrados pelo regime de competência de exercícios, às alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, calculados sobre os lucros tributáveis ajustados conforme legislação específica. São constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças intertemporais, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, se houver ("créditos tributários ativos").

(i) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos, passivos, despesas e receitas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados.

(j) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas e Procedimentos de Contabilidade 21 (NPC 21) - Normas de Consolidação, emitidos pelo IBRACON, em março de 1982, e Instrução CVM nº. 247, de 27 de março de 1996, e incluem as demonstrações financeiras das empresas mencionadas na nota 08. Na consolidação foram observados os seguintes principais critérios:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos investimentos e do resultado da equivalência patrimonial contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; e
- Eliminação das receitas e despesas decorrentes de transações entre as empresas consolidadas.

04. DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008
Caixa e bancos	37.945	166.378	38.989
Títulos e valores mobiliários (*)	922.832	823.115	926.033
Total	**960.777**	**989.493**	**965.022**

(*) A Controladora mantém aplicados os recursos próprios provenientes de sua atividade, além daqueles auferidos pela venda de ações, ocorrida em fevereiro de 2006, em Certificados de Depósito Bancário - CDB, que são títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada substancialmente na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Os saldos destas aplicações, efetuadas junto a diversas instituições, em 31 de março de 2008, é de R$922.832, sendo R$882.057 de recursos próprios e R$40.775 de recursos de convênios. Em 31 de dezembro de 2007, estes saldos eram de R$823.115, composto por R$791.223 e R$31.892, respectivamente. As receitas financeiras oriundas das aplicações de recursos próprios no 1º trimestre de 2008 totalizaram R$23.172 (R$21.332 no 1º trimestre de 2007). A subsidiária COPANOR recebeu, em março de 2008, recursos de R$3.500 oriundos de convênio com a Secretaria de Estado da Saúde, dos quais R$3.197 foram aplicados, gerando rendimento de R$4, creditado aos recursos do referido convênio.

05. CLIENTES

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	Controladora		Consolidado
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008
a) Circulante			
Valores faturados			
A vencer	76.883	89.558	76.899
Vencidos até 30 dias	51.902	52.191	51.902
Vencidos de 31 até 60 dias	20.045	22.297	20.045
Vencidos de 61 até 90 dias	11.624	11.170	11.624
Vencidos de 91 até 180 dias	19.061	16.371	19.061
Vencidos acima de 180 dias	11.293	11.556	11.293
	190.808	203.143	190.824
Valores a faturar	150.675	147.743	150.675
	341.483	350.886	341.499
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(16.616)	(15.067)	(16.616)
Total circulante	324.867	335.819	324.883
b) Ativo não circulante: realizável a longo prazo			
Valores a faturar	179.675	185.574	179.675
Saldo de clientes – circulante e longo prazo	**504.542**	**521.393**	**504.558**

A conta de clientes inclui R$7.438 de faturas emitidas contra o Estado de Minas Gerais, e R$2.313 faturados contra o Município de Belo Horizonte.

O saldo de valores a faturar demonstrado no realizável a longo prazo refere-se a débitos renegociados com a Prefeitura de Belo Horizonte, conforme mencionado na nota 17.

(*) Além do montante da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Companhia contabilizou R$11.753 de perdas na realização de créditos a receber, debitados diretamente ao resultado do trimestre findo em 31 de março de 2008, na rubrica despesas comerciais. No 1º trimestre de 2007, essas perdas foram de R$4.494. A partir de 2005, a Companhia passou a reconhecer baixa de faturas de parcelamento de débitos de prefeituras, face ao não cumprimento dos prazos de pagamentos determinados em contrato.

Tais valores podem ser detalhados como segue:

	Controladora	
	31/03/2008	31/03/2007
1. Baixa direta de valores até R$5, vencidos há mais de 180 dias, e acima de R$5, vencidos há mais de 360 dias	10.204	4.132
2. Complemento de provisão para créditos de liquidação duvidosa para créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, referente clientes específicos que não vêm honrando suas obrigações	1.549	362
Total	**11.753**	**4.494**

Foram recuperados, no 1º trimestre de 2008, créditos já baixados no montante de R$5.031 (R$6.833 no 1º trimestre de 2007), contabilizados como outras receitas operacionais.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos foi a seguinte:

	Controladora
1. Saldo em 31 de dezembro de 2007	15.067
2. Provisão constituída no trimestre	1.549
3. Saldo em 31 de março de 2008	**16.616**

06. ATIVO CIRCULANTE - CRÉDITOS DIVERSOS

São representados por:

	Controladora		Consolidado
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008
Adiantamentos a empregados (*)	6.018	6.932	6.018
Despesas antecipadas (**)	1.539	5.519	1.542
Diversos	385	907	649
Total	**7.942**	**13.358**	**8.209**

(*) Refere-se, principalmente, a adiantamento de férias e 13º salário no valor de R$5.883 pago aos empregados que gozaram férias no 1º trimestre de 2008.

(**) Refere-se a gastos com o programa de saúde dos empregados da Companhia a ser descontado nos meses subseqüentes.

07. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO – OUTROS

	Controladora		Consolidado
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008
Aplicação financeira vinculada (*)	40.122	39.137	40.122
Empréstimos Águas Minerais (**)	2.503	1.691	-
Empréstimos Copanor (***)	4.397	1.233	-
Diversos	476	477	1.354
Total	**47.498**	**42.538**	**41.476**

(*) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas - ANA, em poder da COPASA, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, a ser transferido na forma de pagamento pelo esgotamento sanitário tratado da estação de tratamento de esgoto - ETE Onça, no Município de Belo Horizonte e da estação de tratamento de esgoto - ETE Betim Central, no Município de Betim, mediante o cumprimento das metas de volume de esgoto tratado e de abatimento de cargas poluidoras. Face ao não cumprimento das metas, a Companhia mantêm registro desses recursos em seu exigível a longo prazo, em conta de depósito para obras (nota 12).

(**) Refere-se a salários e encargos de funcionários cedidos pela Companhia à Copasa Águas Minerais de Minas S.A., no período de junho de 2007 a março de 2008, e que serão reembolsados a partir do momento em que a referida subsidiária entrar em operação.

(***) Refere-se a gastos com salários e encargos de funcionários cedidos no período de setembro de 2007 a março de 2008, e com perfuração de poços profundos assumidos pela Companhia em municípios inseridos na área de atuação da COPANOR, além de outras despesas diversas. Esses gastos serão ressarcidos posteriormente pela referida subsidiária.

08. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008
Em sociedades controladas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial			
Copasa Águas Minerais de Minas S.A.	20.815	13.929	-
Copanor	1	1	-
Copasa Serviços de Irrigação S.A.	1	1	-
Subtotal	20.817	13.931	-
Em sociedades não controladas e não coligadas avaliadas pelo método de custo de aquisição			
Prodemge – Cia. Processamento de MG	959	959	959
Brasil Telecom	66	66	66
Telesp	99	99	99
Vivo Participações	43	43	43
TIM Participações	30	30	30
Outras	22	22	22
Subtotal	1.219	1.219	1.219
Total	**22.036**	**15.150**	**1.219**

As principais informações sobre as investidas controladas são como segue:

		31/03/2008					
Sociedades controladas	Quantidade de ações	Participação Copasa (%)	Adiant. p/ fut. aum. capital	Capital social	Patrimônio líquido	Dividendos	Lucro (prejuízo)
Copasa Águas Minerais S.A.	20.815	100,00	20.814	1	20.815	-	-
Copanor	1	100,00		1	1	-	-
Copasa Serviços de Irrigação S.A.	1	100,00		1	1	-	-
Total	**20.817**		**20.814**	**3**	**20.817**	**-**	**-**

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas é a seguinte:

	31/12/2007	Equivalência patrimonial	Aportes/ aquisições	Dividendos propostos	Outros	31/03/2008
Copasa Águas Minerais S.A.	13.929	-	6.886	-	-	20.815
Copanor	1	-	-	-	-	1
Copasa Serviços de Irrigação S.A.	1	-	-	-	-	1
Total	**13.931**	**-**	**6.886**	**-**	**-**	**20.817**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

09. IMOBILIZADO

			Controladora		Consolidado
			31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008
Descrição	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Sistemas de água					
Terrenos florestas/preservação ambiental	95.950	-	95.950	95.379	95.950
Construção e poços tubulares profundos	3.001.455	1.606.016	1.395.439	1.372.636	1.395.439
Instalações elétricas	15.014	11.977	3.037	3.160	3.037
Máquinas e equipamentos (DN) *	18.146	9.446	8.700	8.700	8.700
Máquinas e equipamentos (DA) *	367.112	304.226	62.886	61.978	62.886
Equipamentos de perfuração de poços	1.801	1.061	740	773	740
SUBTOTAL	3.499.478	1.932.726	1.566.752	1.542.626	1.566.752
Sistemas de esgotamento sanitário					
Terrenos	4.010	-	4.010	3.565	4.010
Construções	1.453.530	416.702	1.036.828	1.008.854	1.036.828
Instalações elétricas	251	71	180	175	180
Máquinas e equipamentos (DN) *	4.214	3.018	1.196	1.208	1.196
Máquinas e equipamentos (DA) *	31.159	23.496	7.663	8.802	7.663
SUBTOTAL	1.493.164	443.287	1.049.877	1.022.604	1.049.877
Bens de uso geral					
Terrenos	1.537	-	1.537	1.537	1.537
Construções	99.383	63.584	35.799	35.033	35.799
Instalações elétricas	25	19	6	6	6
Móveis e utensílios	5.397	3.341	2.056	2.131	2.145
Máquinas e equipamentos (DN) *	34.057	21.156	12.901	13.443	25.698
Ferramentas	84	84	-	-	-
Equipamentos de informática	45.123	30.112	15.011	15.559	15.100
Veículos	93.374	62.333	31.041	34.553	31.132
Motocicletas	5.013	2.980	2.033	2.233	2.033
Equipamentos pesados	5.883	4.194	1.689	1.803	1.689
SUBTOTAL	289.876	187.803	102.073	106.298	115.139
Outras imobilizações	29.616	-	29.616	52.483	33.035
Estoque para obras	74.854	-	74.854	69.451	74.854
Obras em andamento	1.130.251	-	1.130.251	1.053.353	1.130.251
SUBTOTAL	1.234.721	-	1.234.721	1.175.287	1.238.140
TOTAL ATIVO IMOBILIZADO	**6.517.239**	**2.563.816**	**3.953.423**	**3.846.815**	**3.969.908**
Ativos intangíveis					
Licença para uso de software	45.689	15.934	29.755	31.521	29.755
Diretrizes, métodos e processos	18.317	15.071	3.246	3.478	3.246
Servidões administrativas	3.643	1.774	1.869	1.906	1.869
Direito de exploração de concessões	174.528	18.017	156.511	145.761	156.511
Outros intangíveis	391	221	170	202	170
TOTAL ATIVO INTANGÍVEL	**242.568**	**51.017**	**191.551**	**182.868**	**191.551**

(*) DN - depreciação normal; DA - depreciação acelerada.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os bens alocados nos municípios em que os contratos não estabelecem indenização ao término da concessão, sistemas de Além Paraíba e Ipatinga, são amortizados de acordo com os prazos estabelecidos contratualmente. Os demais bens integrantes do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, com base nas estimativas de vida útil dos mesmos, de acordo com as taxas abaixo indicadas:

	% anual
Construção	4
Poços tubulares profundos	4
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos (DN – depreciação normal)	10
Máquinas e equipamentos (DA – depreciação acelerada)	20
Instalações elétricas	10
Equipamentos de perfuração de poços	15
Veículos e ferramentas	20
Equipamentos de informática	20
Equipamentos pesados	25

A amortização dos bens intangíveis é realizada de acordo com as seguintes taxas:

	% anual
Licença para uso de software	20
Diretrizes, métodos e processos	10

Servidões administrativas são valores pagos aos proprietários de faixas de terrenos utilizadas pela Companhia para a passagem de adutoras. Esses ativos são amortizados de acordo com o prazo de vigência dos contratos de concessão dos municípios onde os mesmos estão localizados.

Direito de exploração de concessões retrata a participação financeira da Companhia em obras de esgotamento sanitário e de tratamento de fundos de vales, a serem executadas pelas prefeituras (nota 13), e são amortizados de acordo com o prazo de vigência dos contratos de concessão dos municípios assumidos.

Outras imobilizações compõem-se basicamente de adiantamentos para aquisições de terrenos.

As depreciações e amortizações do trimestre totalizaram R$59.064 (R$50.841 no 1º trimestre de 2007) e foram apropriadas ao resultado.

Os sistemas de água representam bens e instalações em 886 localidades (não auditado) (879 em dezembro de 2007 - não auditado) do Estado de Minas Gerais, sendo explorados de acordo com os contratos de concessões firmados com os municípios, cujos prazos variam entre 18 e 99 anos, sendo, em sua maior parte, com prazo de 30 anos.

O saldo da conta obras em andamento é representado, substancialmente, por empreendimentos para expansão e criação de sistemas de água, R$395.086 (R$394.770 em dezembro de 2007), e de esgotamento sanitário, R$492.749 (R$472.863 em dezembro de 2007).

No trimestre, a Companhia capitalizou, na conta obras em andamento, juros e encargos no valor de R$14.605 (R$11.057 no 1º trimestre de 2007).

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora						
	31/03/2008		31/12/2007				
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo	Taxas % a.a.	Índice	Prazo final
Em moeda nacional							
Destinados ao imobilizado							
. Caixa Econômica Federal	53.292	523.303	49.234	499.266	(1)	TR	2022
. Governo Estadual/BDMG	7.537	24.861	7.576	25.542	(2)	IGP-M	2016
. Tesouro Nacional	29.639	162.701	29.244	169.761	5,38	TR	2014
Subtotal	90.468	710.865	86.054	694.569			
Em moeda estrangeira							
Destinados ao imobilizado							
. Banco do Brasil S.A.	1.996	1.996	2.039	2.037	(3)	Cambial	2009
. União Federal - bônus (*)	8.629	67.107	7.667	68.718	(4)	Cambial	2024
Subtotal	10.625	69.103	9.706	70.755			
Total	**101.093**	**779.968**	**95.760**	**765.324**			

(1) Taxas variáveis de 6,50% a 11,00%, mais 2% de taxa de administração - média em 31/03/2008 de 10,68% a.a. (idem em 31/12/2007).

(2) Taxas variáveis de 8,21% a 10,07% - média em 31/03.2008 de 8,87% a.a. (idem em 31/12/2007).

(3) Libor + spread 13/16 de 1% a.a.

(4) Cesta de taxa de juros - União Federal - bônus:

Bônus	Taxa de juros	Comissão
Debt Conversion Bond	Libor + spread 7/8 de 1% a.a.	0,2% a.a.
New Money Bonds	Libor + spread 7/8 de 1% a.a.	0,2% a.a.
Flirb	Libor + spread 13/16 de 1% a.a.	0,2% a.a.
C-Bond	8% a.a.	0,2% a.a.
Discount Bond	Libor + spread 13/16 de 1% a.a.	0,2% a.a.
Par Bond	6% a.a.	0,2% a.a.
El Bond	Libor + spread 13/16 de 1% a.a.	0,2% a.a.
Brazilian Investment Bonds	6% a.a.	0,2% a.a.

(*) O montante dessa dívida, originalmente contraída junto a instituições financeiras externas, foi inserido no acordo concluído pelo governo brasileiro com a comunidade financeira internacional, para reestruturação da dívida externa do setor público brasileiro com os credores privados internacionais. Nos termos desse acordo, aprovado pelo Senado Federal através da Resolução n.º 98, de 29 de dezembro de 1992, a dívida foi trocada por bônus emitidos pela União, que se tornou devedora perante os credores externos.

Em substituição às parcelas de principal, foram emitidos vários tipos de bônus, sob taxas de juros condizentes com aquelas usuais do mercado financeiro internacional, a saber:

Tipo do bônus	Valor (US$)	Emissão	Prazo em anos	Carência em anos	Amortização
Debt Conversion Bond	6.517.751,85	15.04.94	18	10	17 parcelas semestrais
New Money Bonds	572.976,59	15.04.94	15	7	17 parcelas semestrais
Flirb	581.334,78	15.04.94	15	9	13 parcelas semestrais
C-Bond	8.469.311,38	15.04.94	20	10	21 parcelas semestrais
Discount Bond	10.612.171,51	15.04.94	30	-	Única ao final de 30 anos
Par Bond	15.187.902,27	15.04.94	30	-	Única ao final de 30 anos
Brazilian Investment Bonds	1.410.805,45	31.08.89	25	10	30 parcelas semestrais
Total	**43.352.253,83**				

Em 03 de agosto de 2007, foi assinado contrato de financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R$181.000, para execução de obras de água e esgotamento sanitário em diversas localidades, com as seguintes características:

- Encargos financeiros: juros de 6% a.a. e spread de 0,5% a.a.;
- Taxa de administração: 2% a.a.;
- Indexador: taxa referencial de juros – TR;
- Prazo de amortização: 240 meses;
- Prazo de carência: 10 a 48 meses;
- Garantia: conta reserva correspondente a 01 vez o serviço da dívida mensal e receita vinculada correspondente a 3 vezes o serviço da dívida mensal.

Até 31 de março de 2008 foram liberados R$12.135 de recursos do fundo de garantia, que somados aos R$4.896 de recursos próprios da Companhia, totalizam R$17.031 em recursos aplicados.

As parcelas de longo prazo vencem como segue:

	Controladora	
Ano de vencimento	31/03/2008	31/12/2007
		(*)
2009	100.587	100.109
2010	105.382	104.149
2011	109.658	108.326
2012	113.543	111.532
2013	111.825	109.930
2014	72.501	70.517
2015	42.695	40.022
2016 em diante	123.777	120.739
Total	**779.968**	**765.324**

(*) Para evitar o comprometimento da comparabilidade com os dados de março de 2008, o valor das parcelas anuais das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007 foram alteradas em relação ao publicado, devido à divergência nos dados relativos à amortização do financiamento do BNY, para o qual não foi considerada amortização em torno de R$45.000 a ser efetuada em 2024, ficando este valor diluído nos demais exercícios. O valor total não foi alterado.

Em relação aos financiamentos a Companhia oferece as seguintes garantias:

1. União Federal - bônus:

   São garantidos até o saldo do contrato pelo aval do Governo do Estado de Minas Gerais e pelas receitas tarifárias da Companhia, até o limite suficiente para o pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento.

1.1. Discount Bond e Par Bond:

Como garantia acessória desse financiamento, a Companhia mantém caucionado no Banco do Brasil o montante de R$20.725, atualizado até 31 de março de 2008 (R$21.152 em 31 de dezembro de 2007), mediante aplicação da média dos preços dos Bônus de Cupom Zero do Tesouro dos Estados Unidos da América, registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos.

2. Contrato de cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos:

No intuito de garantir o cumprimento das obrigações da Companhia, assumidas nos contratos de repasse de recursos provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, no âmbito do Programa Saneamento Para Todos, assinado entre a Caixa Econômica Federal, designada como gestora, e Unibanco, foram celebrados contratos de cessão fiduciária e de vinculação de créditos em 04 de julho de 2006, com os agentes administradores Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal, conforme demonstrado abaixo:

			Garantias		
Contrato	Número	Valor principal	Cessão fiduciária	Conta vinculada	Conta reserva
Abertura crédito I		256.428			
Cessão fiduciária	2006 1637		17.000	17.000	11.271
I Termo aditivo	2006 2933		17.000	17.000	
Abertura crédito II		284.593			
Cessão fiduciária	2006 1639		15.300	15.300	
I Termo aditivo	2006 2934		15.300	15.300	
Total		**541.021**	**-**	**-**	**11.271**

Para estes contratos a Companhia oferece as seguintes garantias:

- Cessão fiduciária de parcela dos direitos de créditos decorrentes da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, prestados pela COPASA aos seus consumidores privados, em montante equivalente aos valores mínimos de R$17.000 e R$15.300 ao mês, não cumulativos, corrigidos pelo IPC-A divulgado pela FIP;

- Cessão fiduciária de parcela dos direitos da cedente contra a Caixa Econômica Federal, relativos aos recursos depositados na conta vinculada e na conta reserva, mantidos em fundos, aplicações financeiras ou detidos sob qualquer outra modalidade, decorrentes do pagamento dos créditos cedidos. Em 31 de

março de 2008 o fundo de liquidez composto pelo saldo da conta reserva, que deve corresponder a 3 (três) vezes o valor das parcelas vincendas, e que está registrada na rubrica caução de garantia de financiamentos é de R$11.271 (R$9.708 em 31 de dezembro de 2007);

3. Demais financiamentos:

- Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto à Caixa Econômica Federal, destinados à execução de obras e serviços de expansão de redes e ligações prediais, estão garantidos por depósitos em conta de caução cujo saldo mínimo corresponda a 1 (uma) vez o valor do encargo mensal, para o contrato assinado em 09 de dezembro de 2003, e a 3 (três) vezes o valor do encargo mensal, para o contrato assinado em 30 de junho de 2004, calculados com base na última cobrança disponível para estes contratos. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução de garantia de financiamentos, em 31 de março de 2008, é de R$732 (R$714 em 31 de dezembro de 2007).

- Os demais financiamentos são garantidos por aval do Governo do Estado de Minas Gerais e pelas receitas tarifárias da Companhia.

A Companhia possui em seus contratos de empréstimos e financiamentos cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais, conforme descrito abaixo:

(1) Covenants de contratos sindicalizados:

Índice	Limite
exigível total/patrimônio líquido	igual ou menor que 1,0
EBITDA/serviço da dívida	igual ou maior que 1,55
Ligação de água e esgoto/nº. funcionários	igual ou maior que 350

(2) Covenants de contratos com a CEF – os contratos assinados originalmente com o Unibanco, com recursos do FGTS, foram posteriormente transferidos para a gestão da CEF, conforme descrito no item 2 "Contrato de cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos:", acima descritas.

Índice	Limite
Exigível total/patrimônio líquido	igual ou menor que 1,0
EBITDA/serviço da dívida	igual ou maior que 1,7
Liquidez corrente (ajustado)	superior a 0,9
Ligação de água e esgoto/nº. funcionários	maior que 365

Salientamos que até 31 de março de 2008, a Companhia não havia violado nenhuma das cláusulas restritivas relativas aos empréstimos e financiamentos acima descritos.

11. DEBÊNTURES

		31/03/2008		31/12/2007	
Séries	Data da subscrição	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Subscrição 1ª. Emissão					
1ª e 2ª	30/06/2004	7.884	41.121	7.886	43.023
3ª e 4ª	09/11/2004	7.884	41.121	7.886	43.023
5ª e 6ª	29/07/2004	7.884	41.121	7.886	43.023
7ª	19/12/2005	3.942	20.560	3.943	21.511
8ª e 9ª	24/04/2006	7.884	41.121	7.887	43.022
10ª	19/12/2006	3.942	20.560	3.943	21.511
11ª e 12ª	23/03/2007	7.885	41.120	7.887	43.022
Debêntures não conversíveis		47.305	246.724	47.318	258.135
Subscrição 2ª. Emissão					
Única	28/08/2007	2.095	89.008	276	88.955
Única	06/09/2007	1.173	49.854	155	49.824
Única	03/12/2007	58	3.160	8	2.472
Debêntures conversíveis		3.326	142.022	439	141.251
Subscrição 3ª emissão					
1ª a 6ª	06/12/2007	466	150.115	833	150.025
Debêntures não conversíveis		466	150.115	833	150.025
Total		**51.097**	**538.861**	**48.590**	**549.411**

Subscrição 1ª emissão:

Em junho de 2004, a Companhia realizou a colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, em lançamento privado, mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Foram 300 (trezentas) debêntures de R$1.000, cuja emissão foi realizada em 12 (doze) séries de R$25.000 cada uma, até 31 de dezembro de 2007.

Os termos e condições contratuais foram os seguintes:

• Data de emissão	15 de junho de 2004
• Prazo	10 anos
• Carência do principal	36 meses
• Amortização	84 meses
• Vencimento final	15 de julho de 2014
• Remuneração	TJLP + 3,58% a.a.
• Garantia	20% da receita arrecadada, mais a conta reserva

Essa 1ª emissão está garantida por 20% da receita tarifária da Companhia, e por uma conta reserva, cujo saldo mínimo corresponde ao pagamento de 3 (três) parcelas mensais vincendas, relativas às debêntures de todas as séries colocadas e subscritas, depositado em um fundo de investimento, registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos. Em 31 de março de 2008, o montante caucionado é de R$18.970 (R$19.126 em 31 de dezembro de 2007).

Os recursos dessa emissão destinam-se ao financiamento de projetos de ampliação e modernização de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nas áreas de concessão.

O preço de subscrição de cada série será equivalente ao valor nominal acrescido dos juros mencionados, calculados pro-rata temporis, desde a data de emissão até a data da efetiva subscrição.

Em 23 de maio de 2007, o BNDES e a COPASA assinaram contratos no valor de R$591.055, sendo R$141.055 em debêntures conversíveis em ações ordinárias (2ª emissão) e R$450.000 em debêntures simples (3ª emissão).

Subscrição 2ª emissão:

As debêntures conversíveis possuem um prazo de carência de 59 meses contados a partir da data de emissão, 01 de junho de 2007, sendo que a amortização deverá ocorrer a partir de 2012 em duas parcelas anuais e iguais. A remuneração será de TJLP + 2,3% a.a., e a opção pela conversão se dará a partir do 13º mês após a emissão das debêntures, ao preço de R$31,20 por ação, preço este atualizável pelo Termo de Capitalização TC = [(1 + TJLP) / 1,06]n/360-1, sendo n = número de dias entre a data do evento financeiro e a data de capitalização ou liquidação das debêntures.

Foi assegurado aos acionistas da Companhia o direito de preferência para a subscrição das debêntures na proporção do número de ações de emissão da COPASA que possuíam no dia 30 de julho de 2007, sendo que para subscrever 01 (uma) debênture,

seria necessário que o acionista possuísse 102 (cento e duas) ações da COPASA. O prazo para exercer o direito de preferência era de 30 dias contados a partir do dia 30 de julho de 2007, data da publicação do Aviso aos Acionistas, vencido, portanto, às 16:00 horas do dia 28 de agosto de 2007. As ações da COPASA (CSMG3) foram negociadas ex direito de subscrição de debêntures desde o dia 31 de julho de 2007.

Subscrição 3ª emissão:

As debêntures simples, não conversíveis em ações, realizadas em lançamento privado, mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES são constituídas por 450 (quatrocentos e cinqüenta) debêntures de R$1.000, cuja emissão está sendo realizada em 18 (dezoito) séries de R$25.000 cada uma.

Os termos e condições contratuais são os seguintes:

• Data de emissão	06 de dezembro de 2007
• Prazo	12 anos
• Carência do principal	30 meses
• Amortização	114 meses
• Vencimento final	15 de dezembro de 2019
• Remuneração	TJLP + 2,3% a.a.
• Garantia	Flutuante e com cessão e vinculação de recebíveis, mais a conta reserva

Essa 3ª emissão está garantida pelo valor mensal mínimo de R$18.000, atualizado anualmente pelo IPCA, relativo à receita tarifária da Companhia, e por uma conta reserva, cujo saldo mínimo corresponda ao pagamento de 3 (três) parcelas mensais vincendas, relativas às debêntures de todas as séries colocadas e subscritas, depositado em um fundo de investimento, registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos. Em 31 de março de 2008, o montante caucionado é de R$3.458 (em 31 de dezembro de 2007 não havia valor caucionado).

Os recursos provenientes da 2ª e 3ª emissão de debêntures serão utilizados no Plano de Investimentos da Companhia para o período 2007/2010, sendo R$199.000 destinados à modernização, ampliação e implantação de estações de tratamento de água, R$237.000 para modernização, ampliação e implantação de estações de tratamento de esgoto, R$136.000 para otimização das operações, com melhoria no controle de redução de perdas e R$20.000 para estudos e projetos de abastecimento de água e serviços de esgotamento sanitário, bem como investimentos em novas concessões e desenvolvimento institucional.

A Companhia possui em seus contratos de debêntures cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais, conforme descrito abaixo:

Índice	Limite
EBITDA/serviço da dívida	igual ou maior que 1,5
margem EBITDA	igual ou maior que 33%
grau de endividamento	igual ou menor que 70%
EBITDA/receita operacional líquida	igual ou maior que 36%
dívida líquida/EBITDA	igual ou menor que 3,0

Salientamos que até 31 de março de 2008, a Companhia não havia violado nenhuma das cláusulas restritivas relativas às debêntures acima descritas.

12. OBRIGAÇÕES DIVERSAS E ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora				Consolidado	
	31/03/2008		31/12/2007		31/03/2008	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Energia elétrica (*)	28.984	57.938	33.134	59.723	28.986	57.938
Prefeituras (**)	8.078	-	8.255	-	8.078	-
Depósitos para obras (***)	-	41.559	-	40.574	-	41.559
Diversas	3.027	644	4.274	-	3.042	-
Total	**40.089**	**100.141**	**45.663**	**100.297**	**40.106**	**99.497**

(*) Refere-se a parcelamento de dívida oriunda de faturas vencidas, conforme termo de acordo e reconhecimento de dívida formalizado junto à Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, no qual a Companhia reconheceu a dívida de R$78.495, que foi negociada em 96 parcelas mensais e sucessivas até setembro de 2012, atualizadas pelo IGP-M e acrescidas de juros de 0,5% ao mês. Em 31 de março de 2008, restam 54 parcelas a serem pagas.

(**) O saldo é composto por débitos relativos a encontro de contas e a compromissos assumidos quando da renovação de contratos de concessões com diversas prefeituras.

(***) Refere-se a repasse de recursos realizados pela Agência Nacional de Água - ANA, como contrapartida da participação do Governo Federal na construção da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário do Ribeirão Arrudas, em Belo Horizonte. Conforme previsto na cláusula 6ª do contrato 012/2003 assinado com a Agência Nacional de Águas – ANA em 21 de novembro de 2003, a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada à Companhia em duas

parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência. O prazo de vigência contratual inicialmente previsto para 31 de dezembro de 2007 foi aditado para 1ª de julho de 2013, devendo a solicitação de emissão da certificação pela Companhia ser requerida até 1º de julho de 2009, conforme o previsto no 3º Termo Aditivo ao referido contrato, assinado em 15 de agosto de 2007. O valor aplicado atualizado até 31 de março de 2008 relativo a este repasse é de R$20.931.

Em dezembro de 2007, a Companhia recebeu o valor de R$18.720 relativos a novo repasse de recursos realizado pela Agência Nacional de Água - ANA, como contrapartida da participação do Governo Federal na construção da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário de Betim Central, em Betim. Conforme previsto na cláusula 6ª do contrato 039/2007 assinado com a Agência Nacional de Águas – ANA em 11 de dezembro de 2007, a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada à Companhia em doze parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência. A solicitação de emissão da certificação pela Companhia deve ser requerida até 30 de junho de 2009, conforme o previsto no referido contrato. O valor aplicado atualizado até 31 de março de 2008 relativo a este repasse é de R$19.191.

13. COMPROMISSOS (Não revisado)

A Copasa assinou contratos para construção de novos empreendimentos, onde as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Listamos a seguir os principais contratos com empreiteiros e fornecedores (não revisado):

Contratado	Valor	Data da assinatura	Prazo em dias (1)
Construtora Passarelli Ltda.	65.820	14/11/2007	540
Construtora Andrade Gutierrez s.a.	63.470	06/03/2008	900
Consórcio Engesolo-Leme	23.778	08/02/2008	720
Construtora EMCCAMP Ltda.	21.824	08/11/2007	1.020
SONEL Soc. Nacional Eletric. e Hidr. Ltda.	20.324	09/03/2007	540
Consórcio Direcional-Infracon	15.726	16/01/2008	540
COMIM Construtora Ltda.	8.609	28/09/2007	720
Consórcio BBL Engenharia – COMIM	8.165	30/11/2007	540
Construtora Passarelli Ltda.	8.065	30/10/2007	300
Consórcio Enops-Ampara	6.315	03/01/2008	540

1) Contados a partir da data fixada na primeira ordem de serviço.

Na renovação ou revisão de alguns contratos de concessões, a Companhia assumiu compromissos de participar financeiramente de obras de esgotamento sanitário e de tratamento de fundos de vales, a serem executadas pelas prefeituras. Das obras executadas, aquelas pertencentes aos logradouros públicos (canalização de córregos, avenidas sanitárias) são tratadas como ativos intangíveis sob o título direito de exploração de concessões, e amortizadas no prazo remanescente da concessão. Os interceptores de esgoto são incorporados ao imobilizado da Companhia.

Os principais valores compromissados estão relacionados aos seguintes municípios:

	Valores		
Municípios	Empenhados	Realizados	% realização
Betim	80.286	73.521	91,57
Belo Horizonte (nota 17)	170.000	-	-
Contagem	81.363	50.575	62,16
Montes Claros	121.941	53.893	44,20
Ribeirão das Neves	86.411	68.031	78,73
Teófilo Otoni	54.360	-	-

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DIVIDENDOS

(a) Capital

	Controladora	
	31/03/2008	31/12/2007
Capital autorizado	3.000.000	3.000.000
Capital a subscrever	(367.758)	(367.758)
Capital subscrito e integralizado	**2.632.242**	**2.632.242**

O capital subscrito e integralizado está representado por 114.794.772 ações ordinárias cuja composição acionária é a seguinte:

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora			
	31/03/2008		31/03/2007	
Acionistas	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Minas Gerais	61.188.867	53,13	68.830.404	59,77
Prefeitura de Belo Horizonte	11.134.984	9,67	11.134.984	9,67
CODEMIG	7.641.537	6,64	-	-
Outros	34.829.384	30,24	34.829.384	30,24
Subtotal	114.794.772	99,68	114.794.772	99,68
Ações em tesouraria	370.176	0,32	370.176	0,32
Total	**115.164.948**	**100,00**	**115.164.948**	**100,00**

Em 31 de março de 2007, o Capital Group International Inc. possuía 5,01% de participação acionária na Companhia. Conforme correspondência recebida de seu representante no Brasil, a participação acionária do mesmo foi reduzida, ficando abaixo dos 5% exigidos pela CVM para divulgação individualizada de acionistas. Desta forma, as ações remanescentes do Capital Group passam a integrar o conjunto das ações que compõe o *Free Float* da Companhia, dentro do saldo de "Outros".

(b) Ações em tesouraria

A Companhia possui 370.176 ações ordinárias de sua própria emissão em tesouraria, no valor de R$9.190, adquiridas principalmente do acionista Estado de Minas Gerais, através de operações vinculadas a acertos de débitos oriundos de prestação de serviços de água e esgoto e convênios de cooperação técnica.

(c) Retenção de lucros

A Assembléia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2008 aprovou proposta de retenção de lucros no montante de R$233.649, para futuros investimentos da Companhia, em linha com o "plano de ação" aprovado pelo Conselho de Administração, a ser executado a longo prazo.

15. CONTINGÊNCIAS

O critério adotado pela Companhia, depois de ouvida a Procuradoria Jurídica, é o de constituir provisão para as ações cíveis e tributárias consideradas como perdas prováveis, e para ações trabalhistas consideradas como perdas prováveis e possíveis, assim como para obrigações legais. A partir de 30 de setembro de 2007, as provisões para contingências que estavam registradas no passivo circulante, foram reclassificadas para o passivo não circulante.

(a) Processos com probabilidade de perda provável e possível para trabalhista

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A Companhia, depois de ouvida sua Procuradoria Jurídica e sua Administração, constituiu provisão para essas contingências, como sendo suficientes para cobrir prováveis perdas. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte forma:

Controladora

Natureza	31/03/2008			31/12/2007		
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão líquida
• Cível (*)	5.197	659	4.538	4.807	659	4.148
• Trabalhista (**)	25.321	658	24.663	23.766	743	23.023
• Tributária (***)	5.243	3	5.240	5.569	3	5.566
Total	**35.761**	**1.320**	**34.441**	**34.142**	**1.405**	**32.737**

A movimentação das contingências e dos depósitos judiciais no trimestre foi a seguinte:

Natureza	Saldo em 31/12/2007	Adições	Reversões	Utilizações	Saldo em 31/03/2008
Cível	4.807	1.630	837	403	5.197
Trabalhista	23.766	1.800	84	161	25.321
Tributária	5.569	131	418	39	5.243
Subtotal	34.142	3.561	1.339	603	35.761
Depósitos judiciais	1.405	30	-	115	1.320
Total	**32.737**	**3.531**	**1.339**	**488**	**34.441**

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(*) As provisões cíveis relacionam-se a processos de indenização por danos morais e materiais ou pedidos de reembolso relativos a pagamentos a maior ou em duplicidade. A COPASA estima a provisão com base nos valores faturados passíveis de questionamento e em decisões judiciais recentes.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ação civil pública questionando o reajuste tarifário realizado em 2003 para o Município de Belo Horizonte. A ação questiona o fato de o reajuste ter sido aplicado sobre as contas emitidas a partir do reajuste tarifário e não sobre o período de consumo, e propõe a impugnação do mesmo. A decisão final ampara parcialmente o pedido inicial, condenando-nos a restituir aos consumidores a parcela paga referente ao período de consumo anterior à data de vigência do reajuste. O valor está em fase de liquidação de sentença, e está estimado, em 31 de março de 2008, em R$2.535, integralmente provisionado.

(**) As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionados a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, horas "in itinere", adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função, questionamentos de demissão por justa causa, restabelecimento do plano de saúde baixo risco e da continuidade do pagamento de cesta-básica. Temos provisionamento para todas as ações trabalhistas classificadas como de risco de perda provável e/ou possível, o que representa aproximadamente 56,87% do valor de risco estimado de todas as ações trabalhistas.

Figuramos também na condição de litisconsorte passivo com responsabilidade subsidiária, sendo a responsabilidade principal de empreiteiras por nós contratadas para a prestação de serviços de obras de manutenção e construção. Nestes casos, quando acolhido o pedido inicial, as referidas empreiteiras, via de regra, arcam com o ônus da condenação. Contudo, caso tais empreiteiras não tenham condições financeiras para arcar com o pagamento da condenação, podemos ser compelidos judicialmente a satisfazer o débito trabalhista, pelo que consideramos essas ações como perda provável e/ou possível. Nesses casos, constituímos provisão de recursos para eventuais condenações, cujo valor, em 31 de março de 2008 é de R$1.395, levando-se em consideração a existência de empreiteiras com dificuldades financeiras e, conseqüentemente, caracterizadas como potenciais inadimplentes.

Além disso, atualmente, somos parte também em onze processos administrativos originados de inspeção feita pela Delegacia Regional do Trabalho, que nos autuou principalmente por não incluir os reflexos de horas extras no repouso semanal remunerado, entendendo que isso significa subtração de salário, lavrando autos de infração com multa incidente a cada empregado que se encontrava nessa situação, cuja multa teve repercussão nos depósitos de FGTS e multa fundiária, totalizando R$6.147. Estimamos que a possibilidade de perda de dez processos é considerada possível e, portanto, provisionamos o valor de R$6.145.

Ainda há uma ação de execução pela qual o Ministério Público do Trabalho alega que a Companhia descumpriu termo de ajustamento de conduta, que versa sobre a contratação de empregados e de prestação de serviços e obras. Consideramos nossa chance de perda para essa ação como possível, tendo sido provisionado, em 31 de março de 2008, o valor de R$6.718, em curso na 36ª vara do trabalho de Belo Horizonte.

(***) As mais relevantes são as seguintes:

- Em fevereiro de 1994, foi ajuizada contra a União ação declaratória cumulada com a repetição de indébito, visando excluir da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido a despesa relativa ao imposto de renda pessoa jurídica apurado, bem como as despesas relativas às depreciações, amortizações, custos dos bens baixados e a diferença da correção monetária do IPC/BTNF. Além disso, foi requerida a possibilidade de compensar a base de cálculo negativa da contribuição social apurada nos exercícios anteriores a 1992. Essa ação transitou em julgado em fevereiro de 2005 e a Fazenda Nacional executou a Companhia, que está negociando o parcelamento do pagamento dos honorários advocatícios no valor de R$1.581, atualizado até 31 de março de 2008.

- Em 1992, a Secretaria da Receita Federal autuou a Companhia por insuficiência de recolhimento do FINSOCIAL no período de 01/01/1983 a 30/03/1989, por entender que a contribuição deveria ser com base na receita bruta e não com base no imposto de renda devido ou como se devido fosse. A Companhia recorreu administrativamente da decisão mas não logrou êxito junto ao conselho de contribuintes. Em agosto de 1994, foi proposta ação declaratória cumulada com repetição de indébito contra a União Federal visando a restituição dos valores pagos a maior em decorrência da majoração indevida e inconstitucional das alíquotas

do FINSOCIAL, bem como da declaração de inexistência de relação jurídica obrigacional no tocante à incidência das leis que majoraram a mesma. Diversas instâncias foram percorridas até que, em dezembro de 2004, a ação foi transitada em julgado e a Fazenda Nacional executou a Companhia, que está negociando o parcelamento do pagamento dos honorários advocatícios no valor de R$3.662, atualizado até 31 de março de 2008.

(b) Processos com probabilidade de perda possível

A COPASA discute em juízo outras ações para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para fazer face a eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial.

Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

	Controladora	
Natureza	31/03/2008	31/12/2007
• Cível (*)	313.688	281.937
• Tributária (**)	7.402	7.322
Total	**321.090**	**289.259**

(*) Referem-se a ações de indenizações ajuizadas por clientes que pleiteiam reparação por danos materiais e morais e lucros cessantes causados a terceiros, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais e podem ser divididas em;

- Ações Individuais

Somos parte em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de desligamento de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal de nossos negócios e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis, acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, dentre outras matérias. Não acreditamos que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre nossos negócios, resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas.

- Ações Coletivas

Somos parte em ações civis públicas e ações populares que pleiteiam a anulação, suspensão ou impugnação de 12 de nossos contratos de concessão, firmados com os municípios de Almenara, Caratinga, Campina Verde, Cataguases, Divinópolis, Frutal, Lavras, Leopoldina, Nanuque, Ribeirão das Neves, São Gotardo e Três Corações. Ademais, a Companhia, o Município de Belo Horizonte e a SUDECAP - Superintendência de Desenvolvimento da Capital são demandados em uma ação popular que pede a declaração de invalidade do convênio de cooperação celebrado entre as partes. Tal ação está em fase de julgamento, sendo que já apresentamos razões finais pleiteando a extinção do processo em razão do não cabimento da ação popular e, no mérito, a improcedência do pedido em razão da legalidade do convênio. Em 31 de março de 2008, não havia decisão proferida em nenhuma dessas ações e, com exceção de Caratinga, não havíamos constituído provisão para as referidas ações, uma vez que consideramos, com base nos critérios descritos acima, nossa possibilidade de perda como remota em algumas ações e possível em outras. Ressalte-se ainda a existência de precedente favorável à Companhia proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, sobre caso análogo, bem como pareceres de renomados juristas sobre o assunto também favoráveis ao nosso posicionamento, ou seja, à legalidade dos contratos de concessão celebrados e do convênio de cooperação com o Município de Belo Horizonte.

Somos parte ainda em uma ação de execução por quantia certa e de obrigação de fazer, decorrente das obrigações ajustadas em termo de ajustamento de conduta celebrado com o Ministério Público Estadual no Município de Betim, cujo valor, em 31 de março de 2008, era de R$32.590. Opusemos embargos à execução, com vistas a provar que as obras, objeto do referido instrumento, foram executadas de forma a atender o aumento populacional desordenado no município, bem como que a realização das obras de infra-estrutura, que não foram por nós executadas, são de responsabilidade do município. Referido processo está em fase de realização de perícia judicial para comprovação das alegações. Consideramos a chance de perda nessa ação como possível, razão pela qual não foi constituída provisão.

- Ações Ambientais

Somos parte em diversas ações civis públicas e ações populares envolvendo questões ambientais, em decorrência do curso normal de nossas atividades. Essas demandas judiciais são, em grande parte, relacionadas à recuperação de supostos danos ambientais, construção de estações de tratamento de esgoto e investimentos em preservação do meio ambiente. Apesar da maioria dessas ações não possuírem valores de causa expressivos, podemos ser obrigados a investir valores significativos na construção de estações de tratamento e/ou nos abstermos de algumas de nossas de práticas relacionadas aos nossos negócios.

Uma ação popular de natureza ambiental de que somos parte possui valor de causa relevante, representando R$55.532. Esta ação popular possui como objeto a reparação de danos causados pelo despejo de dejetos no Rio São Francisco. Não houve decisão judicial em relação a esta ação, e de acordo com nossas estimativas, nossa possibilidade de perda é classificada como possível.

- Termos de Ajustamento de Conduta – TACs

Firmamos diversos TACs com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais versando sobre questões ambientais, decorrentes de investigações cíveis e administrativas. Firmamos ainda um TAC no curso de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público, que prevê a execução do sistema completo de esgotamento sanitário no Município de Paracatu, bem como uma indenização civil.

As obrigações decorrentes desses TACs correspondem, na maioria dos casos, à realização de obras para a instalação ou melhoria de redes de saneamento básico e a construção de estações de tratamento de esgotos, para que o esgoto coletado não seja descartado sem tratamento diretamente em cursos d'água. Os recursos necessários para o cumprimento dos TACs assinados pela Companhia estão incluídos em nosso programa de investimentos.

(**) A mais relevante é a seguinte:

A Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, em abril de 2004, por não ter incluído nas bases de cálculo do PASEP e da COFINS as receitas financeiras provenientes das variações monetárias de obrigações geradas pela diminuição da taxa do dólar norte-americano. A exigência

tributária atualizada até 31 de março de 2008 é de R$24.275 e pode ser classificada como contingência possível, uma vez que não há jurisprudência relacionada ao assunto. A Companhia, entretanto, interpôs recurso administrativo visando impugnar e contestar o auto de notificação e lançamento constante do procedimento tributário, e manterá sua posição de discordância em instâncias superiores até a decisão final. Baseada em parecer dos seus assessores jurídicos, a Administração entende não ser necessário constituir provisão para esta autuação.

Em relação à COFINS convêm mencionar que o recurso interposto na esfera administrativa teve seu provimento negado em 14/06/2005, e, no que se refere ao PIS/PASEP, o recurso administrativo ainda está em julgamento perante o segundo conselho de contribuintes. Entretanto, o Superior Tribunal Federal, em recente decisão, declarou a inconstitucionalidade da Lei nº. 9.718/98 no que diz respeito ao alargamento da base de cálculo das contribuições em questão. Diante de tal situação, a Companhia pretende utilizar da via judicial visando à anulação do ato administrativo que constituiu o crédito tributário amparado em legislação inconstitucional.

16. PROVISÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora				Consolidado	
	31/03/2008		31/12/2007		31/03/2008	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
IRPJ/CSLL	8.685	-	5.392	-	8.685	
PIS/PASEP/COFINS (*)	-	40.747	-	40.163	-	40.747
Crédito-prêmio de IPI (**)	-	65.365	-	64.604	-	65.365
Total	**8.685**	**106.112**	**5.392**	**104.767**	**8.685**	**106.112**

(*) O valor de R$40.747, atualizado até 31 de março de 2008, é decorrente da utilização de créditos presumidos de PIS/PASEP e COFINS nas contribuições realizadas no período de janeiro de 2004 a agosto de 2007. A Companhia entende que a legislação vigente é omissa quanto à definição da determinação dos créditos sobre insumos utilizados na prestação dos serviços do seu objeto social. Face à conclusão de estudo conduzido por consultores externos independentes, que refinou a estimativa da base de cálculo dos referidos tributos, a Administração decidiu constituir a presente provisão até que seja definida a base legal de tais créditos.

(**) Em 2001, adquirimos de terceiros, com deságio de 15,0%, o valor de R$65.800 em créditos-prêmio de IPI, os quais foram utilizados para compensação de débitos tributários próprios. Esse valor, atualizado até 31 de dezembro de 2007, corresponde ao montante de R$137.900. Os mencionados créditos foram adquiridos com base em liminares proferidas em ações judiciais propostas pelas empresas cedentes dos créditos. Apesar de a Secretaria da Receita Federal ter emitido os correspondentes documentos comprobatórios do pedido de compensação, o fisco tem entendido em diversas situações que os créditos adquiridos não são passíveis de compensação, seja em razão de sua origem (créditos cedidos por terceiros), seja em razão de sua natureza (crédito-prêmio de IPI), seja em razão da provisoriedade da cessão (as ações ainda não transitaram em julgado). O Superior Tribunal de Justiça vinha reconhecendo, até recentemente, o direito do crédito-prêmio de IPI. Contudo, houve recente modificação da jurisprudência deste órgão, que passou a concluir pela tese de que, por se tratar de incentivo de natureza setorial, o termo de sua vigência teria ocorrido em 05 de outubro de 1990.

Entendemos que a matéria depende de julgamento definitivo pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal.

Diante do cenário jurisprudencial atual, nossos consultores externos classificam a possibilidade de perda envolvendo esse assunto como sendo maior do que a de êxito. Por outro lado, julgamos haver bons fundamentos jurídicos para sustentar que parte das compensações foi tacitamente homologada. Assim, há sólidos argumentos para se afirmar a extinção das obrigações junto à Receita Federal em relação aos processos nos quais tenha decorrido mais de cinco anos entre a data da declaração da compensação e qualquer notificação da Receita Federal tendente a infirmar a compensação realizada. Nossos consultores externos, no que diz respeito à homologação das compensações pleiteadas há mais de cinco anos, sem que tenha havido notificação da Receita Federal tendente a infirmar as compensações pleiteadas, estimam as chances de perda nessa parte da contingência como possíveis. Assim, em 31 de março de 2008, o saldo desta provisão é de R$65.365, conforme cálculos elaborados pela Companhia, acrescido de multa moratória e taxa SELIC, sendo desconsiderado o valor relativo aos créditos tributários que teriam sido compensados há mais de cinco anos sem que tenha havido homologação ou rejeição expressa por parte da Receita Federal.

17. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO EM BELO HORIZONTE

O Estado e o Município assinaram, em 13 de novembro de 2002, convênio de cooperação, assegurando à Companhia a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Belo Horizonte por mais 30 anos.

Em 30 de abril de 2004, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo a este convênio. Os principais itens do convênio de cooperação, consolidados pelo aditivo, são os seguintes:

1º) Todas as tubulações de redes de água e de esgotamento sanitário de propriedade do Município, existentes em 23 de maio de 2000, foram transferidas, por alienação, para o patrimônio da Companhia, após devidamente avaliadas, mediante pagamento sob a forma de participação acionária do Município no capital da Companhia, observado o disposto na Lei Municipal nº. 8.754, de 16 de janeiro de 2004. A compra dos citados bens foi referendada pela Assembléia Geral Extraordinária – AGE, de 30 de abril de 2004, e concretizou-se pelo valor de R$280.220, conforme laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

2º) Findo o prazo deste convênio, os bens alienados à Companhia e incorporados ao seu patrimônio serão revertidos ao patrimônio do Município, mediante recompra, após avaliação contemporânea.

3º) Os bens decorrentes de investimentos efetuados pela Companhia, a partir de 24 de maio de 2000 e até o fim de vigência deste convênio, também serão incorporados ao patrimônio do Município e ressarcidos à Companhia após avaliação contemporânea.

4º) O Município declarou e reconheceu o débito de sua responsabilidade no valor global de R$70.662, referido à data de 30 de novembro de 2002, correspondente a faturas de serviços de água e esgoto emitidas até novembro de 2002, ainda pendentes de pagamento. O montante desse débito está sendo pago em 335 parcelas mensais e consecutivas equivalentes, cada uma, a 202.838,77 m3 de água, a partir de janeiro de 2005. O valor em moeda corrente de cada parcela será calculado multiplicando-se o volume a ser quitado pelo valor da tarifa média faturada por m3 em Belo Horizonte, acrescido de juros simples remuneratórios de 0,5% ao mês, contados a partir de novembro de 2002.

5º) A Companhia assumirá os custos do Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte - DRENURBS, até o valor máximo de R$170.000, a ser pago ao

Município em parcelas mensais no prazo de 24 anos a partir de janeiro de 2008. Os valores serão corrigidos monetariamente segundo índice a ser estabelecido pelas partes antes do início dos pagamentos.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Imposto de renda do trimestre

O valor registrado como despesa de imposto de renda nas demonstrações financeiras está assim calculado:

	Controladora	
	31/03/2008	31/03/2007
Lucro do trimestre antes dos impostos e contribuições	135.543	127.002
Adições		
• Realização de reserva de correção monetária especial	3.260	3.505
• Doações/subvenções lançadas no patrimônio líquido	5.530	4.937
• Provisões temporariamente não dedutíveis	11.925	16.622
• Despesa de variação cambial diferida, referente a perdas sobre operações não liquidadas	427	-
• Resultado da equivalência patrimonial	644	-
• Outras	162	335
	21.948	25.399
Exclusões		
• Provisões não dedutíveis - baixas de processos judiciais liquidados	603	1.028
• Reversão de provisões não dedutíveis	1.339	525
• Receita de variação cambial diferida, referente a perdas sobre operações não liquidadas	1.288	4.983
• Reversão de contas incobráveis	5.470	8.851
• Outras	892	886
	9.592	16.273
Base de cálculo	147.899	136.128
Alíquota (25%)	36.975	34.032
Imposto de renda diferido	(913)	-
Total provisionado	**36.062**	**34.032**

(b) Contribuição social do trimestre

O valor registrado como despesa de contribuição social nas demonstrações financeiras está calculado conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	
	31/03/2008	31/03/2007
Lucro do trimestre antes dos impostos e contribuições	135.543	127.002
Adições		
• Realização de reserva de correção monetária especial	3.260	3.505
• Provisões temporariamente não dedutíveis	11.925	16.622
• Despesa de variação cambial diferida, referente a perdas sobre operações não liquidadas	427	-
• Resultado da equivalência patrimonial	644	-
	16.256	20.127
Exclusões		
• Provisões não dedutíveis - baixas de processos judiciais liquidados	604	1.028
• Reversão de provisões não dedutíveis	6.809	9.376
• Receita de variação cambial diferida, referente a perdas sobre operações não liquidadas	1.288	4.983
• Outras	3	-
	8.704	15.387
Subtotal	143.095	131.742
Compensação de base de cálculo negativa	(4.183)	(39.522)
Base de cálculo	138.912	92.220
Alíquota (9%)	12.502	8.300
Contribuição social diferida	48	-
Total provisionado	**12.550**	**8.300**

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em atendimento à Medida Provisória nº. 2.158/99, a Companhia apura a variação cambial para fins fiscais pelo regime de caixa desde o exercício social de 2003. Face ao exposto, o excesso de variação cambial contabilizada pelo regime de competência acumula um saldo, em 31 de março de 2008, de R$47.492. A Companhia mantém provisionado no exigível a longo prazo o imposto de renda constituído à alíquota de 25% e a contribuição social constituída à alíquota de 9% deste saldo, conforme quadro abaixo.

A Companhia possui também, em 31 de março de 2008, créditos tributários de imposto de renda, constituídos alíquota de 25% e de contribuição social, constituídos à alíquota de 9%, conforme quadro abaixo:

	Impostos diferidos em **31/03/2008**	
	Ativos	Passivos
Base de cálculo		
1. Receita de variação cambial diferida, referente a ganhos sobre operações não liquidadas	-	47.492
2. Provisão para crédito de liquidação duvidosa	16.616	-
3. Provisão para contingências	35.761	-
4. Provisão tributária – crédito prêmio de IPI	65.365	-
5. Provisão tributária – PASEP/COFINS	40.747	-
Total	158.489	47.492
Imposto de renda e contribuição social diferidos:		
Sobre débitos		
Imposto de renda (47.492 x 25%)	-	11.873
Contribuição social (47.492 x 9%)	-	4.274
Sobre créditos		
Imposto de renda (158.489 x 25%)	39.622	-
Contribuição social (158.489 x 9%)	14.264	-
Valor registrado	**53.886**	**16.147**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em reuniões realizadas em 29 de fevereiro de 2008 pelo Conselho de Administração, e em 27 de fevereiro de 2008 pelo Conselho Fiscal, foi aprovado estudo técnico elaborado pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 (dez) anos, conforme definido na Instrução CVM nº. 371.

Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de março de 2008, conforme estimativa a seguir:

Exercícios	Expectativa de realização (Controladora)
2009	6.391
2010	3.927
2011	17.709
2012	5.308
2013	8.392
2014	12.159
Total	**53.886**

Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, essas serão revisadas durante os exercícios.

As realizações dos créditos tributários relacionados às provisões para contingências foram alocadas nos últimos anos de nossas projeções, em função da dificuldade em se prever, no momento atual, o desfecho e a data de encerramento desses litígios.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia, comparados aos seus valores contábeis, são como segue:

	Controladora 31/03/2008	
	Contábil	Mercado (*)
Ativos:		
Aplicações financeiras	922.832	922.832
Caução de garantia de financiamentos (notas 10 e 11) e aplicações financeiras vinculadas (nota 7)	95.278	95.278
Total	**1.018.110**	**1.018.110**
Passivos:		
Empréstimos e financiamentos (nota 10)	881.061	863.423
Debêntures não conversíveis (nota 11) (**)	444.610	444.610
Debêntures conversíveis (nota 11)	145.348	144.661
Total	**1.471.019**	**1.452.694**

(*) Não auditado.
(**) Debêntures privadas, não negociáveis e sem valor de mercado.

Em 31 de março de 2008, a sujeição do endividamento da Companhia apresentava-se da seguinte forma:

Índice	Endividamento relacionado (%)
TR	52,3
IGP-M	2,2
Dólar – EUA	5,4
TJLP	40,1

A Companhia não possui contratos de troca de índices, juros e ou indicadores, tampouco possui quaisquer outros instrumentos financeiros que possam ser caracterizados como derivativos.

(b) Concentração de risco de crédito

Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à grande carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.

(c) Moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira consistem em financiamentos destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. A Companhia não possui garantias quanto à proteção de riscos cambiais.

A exposição da Companhia em moeda estrangeira, representada pelo seu endividamento em dólares dos Estados Unidos da América, totalizava R$79.728 em 31 de março de 2008 (R$80.461 em 31 de dezembro de 2007), cerca de 5,4% de seu endividamento total (cerca de 5,5% em 31 de dezembro de 2007). A Companhia mantém, em 31 de março de 2008, caução no valor de R$20.725 (R$21.152 em 31 de dezembro de 2007) como garantia de parte dos financiamentos em moeda estrangeira (nota 10).

(d) Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente a cesta de juros dos contratos vinculados à União Federal-Bonus), no montante de R$79.728 em 31 de março de 2008 (R$ 80.461 em 31 de dezembro de 2007).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, este risco foi reduzido, parcialmente, em função dos ativos que também são indexados às taxas de juros, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	
Exposição da COPASA à taxa de juros nacionais	**31/03/2008**	**31/12/2007**
Ativos		
Aplicações financeiras (nota 04)	922.832	823.115
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures (notas 10 e 11)	1.391.291	1.378.624
Obrigações superiores aos ativos	**468.459**	**555.509**

20. POLÍTICA DE SEGUROS (Não revisado)

A Companhia possui apólices de seguros com cobertura de danos causados por incêndios e outros multi-riscos que contemplam parte de seus bens. Para outros tipos de acidentes que poderiam afetar suas construções, poços, veículos e demais bens do seu ativo imobilizado não há cobertura contratada, face ao histórico de não ocorrência de perdas significativas decorrentes dos riscos acima mencionados.

A Companhia contratou a apólice nº. 1030204471 que cobre bens dos seguintes riscos:

Unidades	Garantia	Valor
Rua Mar de Espanha, 453/525 - Edifício Sede e COPE	Incêndio/raio/explosão Adim.	17.842
Santo Antônio, Belo Horizonte, MG	Tumulto/greve/lock-out/saque/atos dolosos	1
BR 356, km 04 - Estação de tratamento Morro Redondo	Incêndio/raio/explosão	19.223
Belvedere, Belo Horizonte, MG	Tumulto/greve/lock-out/saque/atos dolosos	1
Rod. BR - 040, km 544 Almoxarifado Central	Incêndio/raio/explosão de depósito de produção	9.418
Mutuca, Nova Lima, MG	Tumulto/greve/lock-out/saque/atos dolosos	1
Av. Ximango, 780 – Almoxarifado da SPAL	Incêndio/raio/explosão de depósito de tubos	1.260
Barreiro, Belo Horizonte, MG	Tumulto/greve/lock-out/saque/atos dolosos	1

21. PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia, em 07 de dezembro de 1982, assinou convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEMG, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela PREVIMINAS, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios na referida fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº. 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

Em 31 de dezembro de 2007, com base em laudo atuarial elaborado por Atuário Independente contratado em processo de licitação pública, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras um passivo atuarial líquido de R$159.152, de acordo com a NPC 26 do IBRACON, referendada pela Deliberação CVM nº. 371, de 13 de dezembro de 2000, que representava a diferença entre o valor presente das obrigações da Companhia relativamente aos participantes empregados, aposentados, pensionistas e dos ativos garantidores. De acordo com esses cálculos, a Companhia

deveria ainda registrar passivo de R$239.052 (R$175.790 em 2006) em exercícios futuros, correspondente à parcela dos custos atuariais diferida pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano.

Os cálculos estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	2007	**2006**
(i) Conciliação dos ativos e passivos		
Valor presente das obrigações atuariais	(1.032.073)	(846.834)
Valor justo dos ativos	633.869	529.854
Perdas a serem reconhecidas em exercícios futuros	239.052	175.790
Passivo líquido a ser reconhecido no balanço patrimonial	**(159.152)**	**(141.190)**
(ii) Despesas reconhecidas na demonstração do resultado		
Custo do serviço corrente	28.894	26.210
Custos dos juros	86.716	77.683
Rendimento esperado do ativo do plano	(63.386)	(53.164)
Contribuição dos empregados	(13.837)	(12.552)
Amortização do custo de perdas atuariais	5.521	7.891
Total da despesa reconhecida nos exercícios de 2006 e 2005	**43.908**	**46.068**
	2007	**2006**
(iii) Movimentação do passivo líquido atuarial		
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do ano	846.834	770.150
Custo do serviço corrente	15.056	13.658
Custos dos juros	86.716	77.683
Rendimento esperado do ativo do plano	95.696	(3.583)
Contribuição dos empregados	13.838	12.552
Amortização de (ganho) perda atuarial líquida reconhecida em 2006	-	-
Contribuições reais da Companhia no ano	(26.067)	(23.626)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do ano	**1.032.073**	**846.834**
(iv) Evolução do valor justo dos ativos		
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	529.854	444.678
Rendimento real do valor justo dos ativos	63.386	53.164
Contribuições recebidas	42.091	35.685
Benefícios pagos	(26.067)	(23.626)
(Ganhos) perdas atuariais sobre os ativos do plano (apurados por diferença)	24.604	19.953
Valor justo dos ativos do plano no final do ano	**633.868**	**529.854**
(v) Evolução do valor presente das obrigações		
Valor presente das obrigações no início do ano	846.834	770.150
Custo do serviço corrente	28.894	26.210
Custos dos juros	86.716	77.683
Benefícios pagos	(26.067)	(23.626)

(Ganho) perda atuarial sobre obrigação atuarial no início do exercício (apurados por diferença)	95.696	(3.583)
Valor presente das obrigações atuariais no final do ano	**1.032.073**	**846.834**

(vi) Premissas atuariais

Estatísticas diversas e outros fatores que visam antecipar eventos futuros no cálculo da despesa e do passivo relativo ao Plano de Benefício Patrocinado pela Copasa. Esses fatores incluem premissas sobre taxa de desconto e o retorno esperado do ativo. Adicionalmente, a Companhia se utiliza de fatores subjetivos, tais como índices de demissões, rotatividade e mortalidade para estimar esses fatores.

(vii) Despesas previstas para o exercício de 2008 (considerando ajustes mencionados anteriormente)

Custos do serviço corrente	35.530
Custo dos juros	104.310
Rendimento esperado do ativo do plano	(72.299)
Amortização de (ganho) perda atuarial reconhecido no ano de 2007	9.391
Contribuições dos participantes	(17.801)
Despesa a ser reconhecida na demonstração do resultado do exercício findo em 31.12.2008	**59.131**

	2007	**2006**
Hipóteses econômicas*		
Taxa de crescimento salarial (ativos)	Empregados: 6,297%a.a. Autopatrocinados: 4,50%a.a.	Até 5 anos de serviço: 6,08%a.a. Acima: 5,04%..
Taxa de desconto financeiro	10,25%a.a.	10,24%a.a.
Rendimento a longo prazo	11,25%a.a.	11,80%a.a.
Capacidade salarial/benefícios	10,00%	68,10%a.a.
Hipóteses demográficas		
Mortalidade de inválidos	RP-2000 Disabled**	Ex-CAP
Entrada em invalidez	Wyatt 1985 Class 1**	Álvaro Vindas
Rotatividade	T-1 Withdrawal Table	0,77%a.a até 55 anos
Composição familiar	Ativos e Assistidos: 90% Casados e esposa 4 anos mais jovem.	Ativos: 70% casados e esposa 3 anos mais jovem; Assistidos: 90 casados e esposa 3 anos mais jovem.

* Taxas nominais
** Tábuas específicas por sexo.

As premissas atuariais utilizadas pela Companhia são revisadas regularmente e pode divergir de forma relevante dos resultados atuais de acordo com as mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões ou na expectativa de vida dos participantes. Essas diferenças podem resultar em um impacto relevante no montante de despesa com entidade de previdência privada registrada na Companhia.

Do total de R$163.122 de passivo atuarial líquido reconhecido pela COPASA, atualizado até 31 de março de 2008, R$5.936 (sendo que neste valor consta R$487 referente a juros de curto prazo) e R$94.641 estão registrados na conta previminas/contribuição especial, no passivo circulante e passivo não circulante, respectivamente, além da provisão registrada na conta previminas/passivo atuarial líquido, registrado no exigível a longo prazo, no valor de R$59.888, constituída pelos valores de R$8.569, lançado em 31 de dezembro de 2006, e R$51.319, sendo R$33.165 lançado contra ajustes de exercícios anteriores e R$18.154 lançado contra resultado do exercício de 2007. A Companhia tem registrado em outras obrigações a pagar o valor de R$2.657, referente a contribuições normais.

22. CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Referem-se, principalmente, a recursos recebidos, a partir de julho de 2006, oriundos de convênio assinado pela Companhia com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - SEDRU, cujo objetivo é a cooperação técnica e financeira para ampliação da cobertura dos sistemas públicos de saneamento básico, nas regiões do Vale do Jequitinhonha, Estrada Real (em Ouro Preto) e outras regiões do interior do Estado de Minas Gerais.

O saldo líquido de convênios está assim composto:

	Controladora						Consolidado		
	31/03/2008			31/12/2007			31/03/2008		
	Estado	Outros	Total	Estado	Outros	Total	Estado	Outros	Total
Ativo	100.232	9.109	109.341	96.482	8.543	105.025	103.030	9.109	112.139
Passivo	136.690	10.545	147.235	132.324	10.427	142.751	140.193	10.545	150.738
Líquido	**36.458**	**1.436**	**37.894**	**35.842**	**1.884**	**37.726**	**37.163**	**1.436**	**38.599**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Além do saldo a pagar à CEMIG, demonstrado na nota 12, e os convênios descritos na nota 22, as demais transações com partes relacionadas resumem-se, basicamente, àquelas efetuadas com o Estado de Minas Gerais e com o Município de Belo Horizonte. Os saldos e operações mais relevantes são como segue:

	Controladora				
	31/12/2007				
	SUDECAP	COPANOR	COPASA Águas Minerais	Estado MG	PBH
ATIVO					
Circulante					
• Clientes					
- valores faturados	-	-	-	5.497	2.395
- valores a faturar	-	-	-	-	7.786
Não circulante					
• Realizável a longo prazo					
- clientes – valores a faturar	-	-	-	-	185.574
- empréstimos	-	1.233	1.691	-	-
• Investimentos	-	1	13.929	-	-
Total do ativo	**-**	**1.234**	**15.620**	**5.497**	**195.755**
PASSIVO					
Circulante					
• Fornecedores	1.836	-	-	-	-
• Juros sobre o capital próprio	-	-	-	47.493	7.683
• Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	8.797
• Outras obrigações					
- Prefeituras – repasse tarifário	-	-	-	-	3.808
- Convênios (nota 22)	-	-	-	35.842	-
Total do passivo	**1.836**	**-**	**-**	**83.335**	**20.288**
	31/03/2007				
TRANSAÇÕES					
• Receitas de serviço de água e esgotamento	-	-	-	12.592	4.462
• Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	(12.233)
• Receitas financeiras – juros	-	-	-	-	2.646
• Receitas (despesas) de variações monetárias (1)	-	-	-	-	(4.967)

(1) Considerando ser o saldo devedor da Prefeitura de Belo Horizonte atualizado monetariamente com base na variação da tarifa média, esse critério ocasionou, neste 1º trimestre, uma despesa financeira, devido à variação negativa da tarifa média, que de R$2,2498 em dezembro de 2007, caiu para R$2,2124 em março de 2008, ou seja, uma variação negativa de 1,6623%.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora 31/03/2008				
	SUDECAP	COPANOR	COPASA Águas Minerais	Estado MG	PBH
ATIVO					
Circulante					
• Clientes					
- valores faturados	-	-	-	7.438	2.313
- valores a faturar	-	-	-	-	7.619
Não circulante					
• Realizável a longo prazo					
- clientes - valores a faturar	-	-	-	-	179.675
- empréstimos	-	4.397	2.503	-	-
• Investimentos	-	1	20.815	-	-
Total do ativo	**-**	**4.398**	**23.318**	**7.438**	**189.607**
PASSIVO					
Circulante					
• Fornecedores	-	-	-	-	-
• Juros sobre o capital próprio	-	-	-	47.493	7.683
• Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	8.797
• Outras obrigações					
- Prefeituras – repasse tarifário	-	-	-	-	3.788
- Convênios (nota 22)	-	-	-	36.458	-
Total do passivo	**-**	**-**	**-**	**83.951**	**20.268**
	31/03/2008				
TRANSAÇÕES					
• Receitas de serviço de água e esgotamento	-	-	-	15.119	5.020
• Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	(11.114)
• Receitas financeiras - juros	-	-	-	-	2.845
• Receitas (despesas) de variações monetárias (1)	-	-	-	-	(6.965)

(2) Considerando ser o saldo devedor da Prefeitura de Belo Horizonte atualizado monetariamente com base na variação da tarifa média, esse critério ocasionou, neste 1º trimestre, uma despesa financeira, devido à variação negativa da tarifa média, que de R$2,4419 em dezembro de 2007, caiu para R$2,3623 em março de 2008, ou seja, uma variação negativa de 3,2598%.

Os saldos e operações com partes relacionadas são realizados a preços e condições considerados pela Administração como compatíveis com os praticados no mercado, excetuando-se quanto à forma de liquidação financeira, que poderá acontecer através de negociações especiais (encontro de contas), conforme previsto e comentado na nota 17.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Convênio de cooperação com o Município de Belo Horizonte

  Celebramos convênio de cooperação com o Município de Belo Horizonte para a prestação de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário conforme nota 17.

- Convênio operacional com o Município de Belo Horizonte

  Celebramos em 07 de fevereiro de 2006 convênio operacional com o Município de Belo Horizonte para a integração e compatibilização do planejamento, controle e execução de empreendimentos da SUDECAP – Superintendência e Desenvolvimento da Capital, e outros órgãos municipais, e da COPASA, para elaboração de projetos, execução de serviços de implantações e manutenções em infra-estrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário, urbanização, tratamento de fundo de vales, drenagem pluvial e desenvolvimento de atividades voltadas para a educação higiênico-sanitária. De acordo com o § 1º e o § 2º da cláusula 2ª, em situações previamente acordadas, serviços de responsabilidade da COPASA poderão ser executados pela SUDECAP, e serviços de responsabilidade da SUDECAP poderão ser executados pela COPASA. Anualmente as partes celebrarão encontro de contas referente aos custos dos serviços executados por cada uma, com o pagamento atualizado dos débitos apurados sendo realizado em 30 (trinta) dias após a efetivação do encontro de contas. Entretanto, em 20 de março de 2007, foi celebrado o 1º termo aditivo, incluindo novo parágrafo à cláusula 5ª, determinando que os débitos oriundos de programas sociais devam ser pagos 30 (trinta) dias após a liberação da medição, e não mais no encontro de contas anual. Em virtude da alteração ocorrida através do 1º termo aditivo, a Companhia efetuou pagamentos à SUDECAP em 08 de maio de 2007, no valor de R$1.257, em 09 de novembro de 2007, no valor de R$1.816, e em 10 de março de 2008, no valor de R$1.836. Estes pagamentos se referem a obras realizadas pela SUDECAP relativas à construção de redes de água e esgotamento sanitário no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte, que foram incorporadas ao patrimônio da Companhia. Até 31 de março de 2008 não existiram transações que afetassem o resultado, bem como não existem saldos passíveis de encontro de contas.

- Fornecimento de energia

  Somos um dos principais consumidores de energia elétrica do Estado de Minas Gerais, sendo a energia fornecida principalmente pela CEMIG, controlada pelo nosso maior acionista, o Estado de Minas Gerais. Possuímos mais de 300 contratos de energia elétrica, sendo que cada um é específico de uma unidade consumidora, conforme nota 12.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Contratos de financiamento com o BDMG

  Celebramos diversos contratos de financiamento com o BDMG no curso normal de nossos negócios.

- Contratos com a CODEMIG

  Assinamos com a CODEMIG, no dia 22 de março de 2006, um protocolo de intenções de cooperação técnica e, em 30 de junho de 2006, um contrato de arrendamento para assumir os direitos minerários das águas minerais de Araxá, Cambuquira, Caxambu e Lambari, conforme nota 01.

- Garantia do Estado de Minas Gerais em contratos da Companhia com a União

  Os contratos abaixo relacionados descrevem garantias prestadas pelo Estado de Minas Gerais em contratos envolvendo a Companhia e a União:

  Contrato Particular de Refinanciamento e Financiamento da Dívida de 11 de julho de 1990: como forma e meio de pagamento da dívida, o Estado de Minas Gerais cedeu e transferiu os créditos que forem feitos a sua conta de depósitos provenientes das cotas do Fundo de Participação dos Estados até o limite suficiente ao pagamento das prestações e demais encargos devidos a cada mês. Em 31de março de 2008, o saldo em aberto desses contratos é de R$3.992, conforme nota 10.

  Contrato Particular de Confissão e Composição de Dívidas com União de 20 de janeiro de 1994: em caso de inadimplência contratual, a União ficou autorizada pelo Estado de Minas Gerais: (i) a compensar quaisquer quantias com recursos de receitas próprias e quotas de determinados tributos, em quantias suficientes para liquidação de referida inadimplência; e (ii) a requerer a transferência de recursos existentes nas contas de centralização de receitas próprias do Estado de Minas Gerais mantidas junto a uma determinada instituição financeira, em quantias suficientes para liquidação de referida inadimplência. Em 31 de março de 2008, o saldo em aberto desses contratos é de R$192.340, conforme nota 10.

  Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida com a União de 05 de agosto de 1998: o Estado de Minas Gerais cedeu e transferiu à União, créditos que forem feitos à sua conta de depósitos provenientes das receitas de determinados tributos, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de março de 2008, o saldo em aberto desses contratos é de R$75.736, conforme nota 10.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Despesas e receitas financeiras:

A variação verificada no resultado financeiro do período de janeiro a março de 2008 em relação a igual período de 2007, está assim representada:

	Controladora		
Discriminação	**01/01/2008 a 31/03/2008**	**01/01/2007 a 31/03/2007**	Variação
Receitas financeiras	37.556	35.104	2.452
Despesas financeiras	(33.998)	(30.930)	(3.068)
Resultado	**3.558**	**4.174**	**(616)**

A redução de R$616 foi motivada pela ocorrência dos seguintes eventos:

		Valor
Receitas financeiras		
1.	Redução de receitas financeiras relativas a variações monetárias e cambiais, decorrente de ganhos cambiais gerados pela reversão de passivos, em função da queda do dólar norte-americano compensado pelo aumento de variações monetárias de dívidas de curto prazo.	(2.686)
2.	Aumento de receitas financeiras relativas aos juros incidentes sobre débitos de clientes e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (nota 17).	3.417
3.	Aumento de receitas financeiras relativas a rendimentos sobre aplicações financeiras.	1.840
4	Redução de outras receitas financeiras.	(119)
	Total	**2.452**
Despesas financeiras		
1	Redução de despesas financeiras relativas à CPMF e despesas bancárias	1.690
2.	Aumento de despesas financeiras relativas a juros e variações monetárias e cambiais de curto prazo e da reversão da atualização do saldo devedor da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (nota 17).	(6.529)
3	Aumento de multas e juros sobre impostos e contribuições.	(786)
4	Saldo de despesas com cofins e passep sobre outras despesas operacionais, IPVA e taxa de incêndio, que em março de 2007 constavam no grupo de despesas financeiras e em março de 2008 foram reclassificadas para o grupo de outras despesas operacionais.	2.557
	Total	**(3.068)**

25. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

As demonstrações do fluxo de caixa refletem as operações de financiamento, investimento e operações da Companhia derivadas dos registros contábeis preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e são apresentadas em conformidade com a Norma e Procedimento de Contabilidade nº. 20 (NPC 20), emitida pelo Instituto de Auditores Independentes do Brasil - IBRACON - "Demonstrações do Fluxo de Caixa".

	Controladora		Consolidado
	31/03/2008	31/03/2007	31/03/2008
Fluxo de caixa nas atividades operacionais:			
Lucro líquido do trimestre	86.931	84.670	86.931
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.549	362	1.549
Juros auferidos no trimestre sobre contas a receber de clientes	(2.845)	(2.646)	(2.845)
Variação monetária (VM) auferida no trimestre sobre contas a receber de clientes	6.965	4.967	6.965
Variação cambial (VC) incorrida no trimestre sobre caução de garantia de financiamentos	427	1.036	427
Rendimento no trimestre sobre caução de garantia de financiamentos	(693)	-	(693)
Resultado de equivalência patrimonial	644	-	-
Baixas líquidas de imobilizado	46	216	46
Depreciação e amortização	59.064	50.841	59.076
Juros incorridos no trimestre sobre empréstimos	17.339	8.609	17.339
VM / VC incorrida no trimestre sobre empréstimos	727	(2.123)	727
Provisões tributárias	1.345	-	1.345
Provisões para contingências	1.704	5.856	1.704
Juros incorridos no trimestre sobre Previminas/Cemig	1.857	1.850	1.857
VM incorrida no trimestre sobre Previminas/Cemig	5.008	2.808	5.008
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(866)	-	(866)
Lucro ajustado	**179.202**	**156.446**	**178.570**
Redução (aumento) no ativo operacional:			
Contas a receber de clientes – circulante e longo prazo	11.182	(9.888)	11.166
Estoque	(759)	(703)	(1.512)
Impostos a recuperar	8.106	17.372	8.106
Despesas antecipadas	3.980	-	3.982
Depósitos judiciais	52	(3.664)	52
Caução em garantia de financiamentos	(4.190)	(760)	(4.190)
Créditos diversos	(3.524)	(2.411)	(555)

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado
	31/03/2008	31/03/2007	31/03/2008
Aumento (redução) no passivo operacional:			
Empreiteiros e fornecedores	(28.193)	(48.546)	(25.987)
Impostos, taxas e contribuições	(1.783)	(2.279)	(1.355)
Provisões tributárias	3.293	11.480	3.293
Provisões para férias	(4.634)	(3.338)	(4.634)
Provisões para 13º salário	7.106	4.829	7.106
Convênio de cooperação técnica	168	(4.389)	873
Plano de previdência complementar - circulante e longo prazo	(4.491)	(2.343)	(4.491)
Energia elétrica circulante e longo prazo	(4.777)	10.307	(4.775)
Obrigações diversas - circulante e longo prazo	(439)	9.639	(424)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**160.299**	**131.752**	**165.225**
Fluxo de caixa nas atividades de investimento:			
Adições de imobilizado	(154.193)	(127.246)	(159.518)
Adições em investimento	-	(1)	-
Adições no diferido	-	-	(2.656)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(154.193)**	**(127.247)**	**(162.174)**
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento:			
Integralização de capital em controlada	(6.886)	-	-
Captação de novos empréstimos	39.730	110.162	39.730
Pagamento de principal – empréstimos	(32.207)	(23.343)	(32.207)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(28.260)	(17.574)	(28.260)
Juros sobre o capital próprio pagos no trimestre	(6)	-	(6)
Pagamento de principal - Previminas/Cemig	(5.340)	(4.294)	(5.340)
Pagamento de juros - Previminas/Cemig	(1.853)	(1.848)	(1.853)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamento	**(34.822)**	**63.103**	**(27.936)**
(Redução) aumento líquido no saldo de disponibilidades	**(28.716)**	**67.608**	**(24.885)**
Saldo de disponibilidades no início do trimestre	989.493	830.292	989.907
Saldo de disponibilidades no final do trimestre	960.777	897.900	965.022
Informações suplementares de fluxo de caixa			
Juros pagos sobre empréstimos	28.260	17.574	28.260
Imposto de renda e contribuição social pagos	23.971	12.744	23.971
	52.231	**30.318**	**52.231**
Transações que não afetaram o caixa			
Capitalização de juros sobre empréstimos	14.605	11.057	14.605
Imobilizado recebido na forma de doação	5.603	4.963	5.603
	20.208	**16.020**	**20.208**

26. EXIGIBILIDADE DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS - ICMS

De acordo com a Lei Estadual nº. 9.944, de 20 de setembro de 1989, e o Decreto Estadual nº. 38.104/96, a Companhia passou a ser contribuinte do ICMS, em regime especial, incidente sobre o fornecimento de água canalizada, tendo efetuado o recolhimento de tal imposto nos anos de 1989 a 1991. Contudo, em 1991, suspendemos o referido recolhimento em decorrência de decisão liminar no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº. 567-7, que determinou que tal cobrança necessitaria de lei específica que a instituísse. A referida ADIN foi declarada prejudicada por perda de objeto, e esta questão foi pacificada pelo Supremo Tribunal Federal, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 2.224, publicada em 21 de março de 2007, cuja decisão definiu que o fornecimento de água tratada a consumidores finais constitui prestação de serviço público essencial, por expressa determinação constitucional. Entretanto, como o mérito da ação ainda não foi julgado, e muito embora existam manifestações do STF e do STJ, bem como reiterado entendimento da jurisprudência mineira, no sentido de que não haveria incidência do ICMS no fornecimento de água potável por empresas concessionárias desse serviço público, até o presente momento não há um entendimento definitivo do Poder Judiciário. Em razão da suspensão do recolhimento, o valor do referido imposto não está atualmente inserido no cálculo de nossas tarifas, não sendo cobrado de nossos clientes e, tampouco, repassado ao Governo Estadual bem como inexiste qualquer autuação por parte da Fazenda Estadual que justifique constituição de provisão para o referido imposto.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

– Contratação de Financiamento

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2008 aprovou a contratação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – Programa de Aceleração do Crescimento 2008 – IN/36 para aplicação em empreendimentos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário na Região Metropolitana de Belo Horizonte, no montante de R$578.216, conforme aprovado pela Diretoria do BNDES em 15/04/2008, por meio da Decisão nº. Dir 288/2008 – BNDES, com prazo de 15 (quinze) anos, sendo 42 (quarenta e dois) meses de carência; juros de 1,73% (hum inteiro e setenta e três centésimos por cento) ao ano acima da taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. A COPASA MG cumprindo, de forma cumulativa, os índices a seguir especificados, os juros estipulados acima serão reduzidos para 1,52% (um inteiro e cinqüenta e dois centésimos por cento) ao ano, acima da TJLP: a) Divida Líquida/EBITDA: igual ou inferior a 3,0 (três inteiros);

b) EBITDA/ROL: igual ou superior a 36% (trinta e seis por cento); e c) EBITDA/Serviço da Dívida: igual ou superior a 1,5 (um inteiro e cinco décimos). Garantias: Cessão e vinculação de receita da Companhia em favor do BNDES no valor mensal mínimo de R$23.000, corrigido pelo IPCA e constituição de Conta Reserva no montante equivalente à soma das prestações (amortização do principal e acessório da dívida) decorrentes do financiamento vencíveis nos 3 (três) meses subseqüentes.

- Oferta Pública de Ações

Em 24 de abril de 2008, os acionistas Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMIG e o Município de Belo Horizonte comunicaram o início da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG e de titularidade dos Acionistas Vendedores, tendo sido definido o valor de R$ 24,50 por ação.

Na mesma data, foi obtido da CVM o registro da oferta global e definida a data de 23 de maio de 2008 como sendo a data limite para a opção do exercício das ações suplementares.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

DIRETORIA EXECUTIVA

MÁRCIO AUGUSTO VASCONCELOS NUNES	Diretor Presidente
HERCULANO ANGHINETTI	Diretor Vice-presidente
CARLOS GONÇALVES DE OLIVEIRA SOBRINHO	Diretor de Meio Ambiente e Novos Negócios
DIEGO LEONARDO DE ANDRADE CARVALHO	Diretor de Operação Sudoeste
GELTON PALMIERI ABUD	Diretor de Gestão Corporativa
JUAREZ AMORIM	Diretor de Operação Metropolitana
MARCIO LUIZ MURTA KANGUSSU	Diretor de Operação Norte
MARCOS ANTÔNIO TEIXEIRA	Diretor de Planejamento e Gestão de Empreendimentos
RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

CONTADOR RESPONSÁVEL

GERALDO MAGELA MOREIRA CALÇADO	Contador - CRCMG - 36.109

1- Dados Gerais de Atendimento

A atuação da Copasa no primeiro trimestre/2008 (1T08) mostra que a empresa segue firme no caminho do crescimento sustentado, contribuindo de forma significativa para a melhoria da qualidade de vida, das condições ambientais e do desenvolvimento econômico-social do Estado de Minas Gerais. A população atendida com serviços de abastecimento de água aumentou em 490 mil pessoas, atingindo 12,1 milhões de habitantes ante 11,6 milhões no primeiro trimestre/2007 (1T07). Este número representa um índice de atendimento de 97,7% em sua área de atuação e de 62,7% em relação à população total do Estado. O número de municípios com prestação de serviços de água passou de 585, em março/2007, para 597 em março/2008. No trimestre, a empresa iniciou a operação de serviços de água no município de Ibitiúra de Minas.

COPASA MG
Dados Gerais de Atendimento com Abastecimento de Água
1º trimestre de 2008 e 2007

Itens	Unidades	1T08	1T07	Variação	
				valor	%
Municípios com Concessão (1)	número	611	611	0	0,0
Municípios com Operação (2)	número	597	585	12	2,1
População Atendida	mil habitantes	12.114	11.624	490	4,2
Índice de Atendimento (3)	%	97,7	97,9	-0,2	-0,2
Atendimento à População do Estado (4)	%	62,7	59,7	3,0	5,0
Ligações Faturadas	mil ligações	3.206	3.065	141	4,6
Extensão de Rede	km	40.037	38.536	1.501	3,9
Volume Faturado de Água	1.000 m³/trimestre	146.542	141.893	4.649	3,3
Volume Produzido de Água	1.000 m³/trimestre	211.585	211.129	456	0,2

(1) - Total de municípios onde a empresa detém qualquer concessão: sedes, vilas, povoados ou outros
(2) - Total de municípios onde a empresa detém qualquer operação: sedes, vilas, povoados ou outros
(3) - População atendida em relação à população das localidades com prestação de serviços
(4) - População atendida em relação à população total (urbana + rural) do Estado

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Esse desempenho se refletiu no número de ligações faturadas da empresa, que apresentou acréscimo de 141 mil ligações de água, totalizando 3,21 milhões de ligações, representando um aumento de 4,6% comparativamente ao 1T07. A rede de distribuição de água foi ampliada em 1.501 km, perfazendo um total de 40.037 km, com incremento de 3,9% em relação ao 1T07 (38.536 km).

Em relação aos sistemas de esgotamento sanitário, a expansão foi maior, resultado do esforço empreendido para aumentar a cobertura desses serviços. O número de municípios atendidos aumentou 14,9%, passando de 94 em março/2007 para 108 no 1T08, beneficiando uma população total de 6,3 milhões de pessoas (5,9 milhões em 1T07), com incremento de 7,5% (444 mil pessoas), correspondendo a um índice de atendimento de 82,3% na área de atuação. O atendimento em relação à população total do Estado aumentou de 30,3% para 32,8% no período.

COPASA MG
Dados Gerais de Atendimento com Esgotamento Sanitário
1º trimestre de 2008 e 2007

Itens	Unidades	1T08	1T07	Variação	
				valor	%
Municípios com Concessão (1)	número	184	182	2	1,1
Municípios com Operação (2)	número	108	94	14	14,9
População Atendida	mil habitantes	6.339	5.895	444	7,5
Índice de Atendimento (3)	%	82,3	82,0	0,3	0,4
Atendimento à População do Estado (4)	%	32,8	30,3	2,5	8,3
Ligações Faturadas	mil ligações	1.542	1.421	121	8,5
Extensão de Rede	km	13.829	12.684	1.145	9,0
Volume Faturado de Esgoto	1.000 m³/trimestre	79.375	75.225	4.150	5,5
Volume Tratado de Esgoto	1.000 m³/trimestre	28.160	26.675	1.485	5,6

(1) - Total de municípios onde a empresa detém qualquer concessão: sedes, vilas, povoados ou outros
(2) - Total de municípios onde a empresa detém qualquer operação: sedes, vilas, povoados ou outros
(3) - População atendida em relação à população das localidades com prestação de serviços
(4) - População atendida em relação à população total (urbana + rural) do Estado

Esse atendimento é realizado por meio de 1,54 milhão de ligações faturadas de esgoto (1,42 milhão em 1T07), representando um aumento de 121 mil ligações (8,5%). A rede coletora expandiu em 1.145 km, totalizando 13.829 km, representando um aumento de 9,0% em relação ao 1T07.

O volume de esgoto tratado atingiu 28,2 milhões de m³ no trimestre, com elevação de 5,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido ao início de operação de Estações de Tratamento de Esgotos - ETEs em diversas cidades do Estado e à ampliação do volume tratado pela ETE Onça, localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Apenas em 1T08 foram cinco novas ETEs em operação nas cidades de Águas Vermelhas, Araxá (ETE Distrito Industrial), Josenópolis, Santo Antônio do Retiro e Varginha (ETE São José).

2 – Indicadores de Desempenho

A expansão da empresa no período elevou o volume faturado de água em 4,6 milhões de m³ (3,3%) e em 4,2 milhões de m³ (5,5%) o volume faturado de esgoto, em relação ao 1T07. Contribuíram para este resultado a ampliação do número de pessoas atendidas com serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas localidades onde já operávamos esses sistemas e o início de faturamento em novas localidades. No primeiro trimestre de 2008 iniciamos o faturamento dos sistemas de água nas cidades de Barbacena, Córrego Dantas, Divinésia, Senhora do Porto e Ibitiúra de Minas, e dos sistemas de esgoto de Barbacena e Glaucilândia.

Em relação aos indicadores de desempenho, destaca-se a produtividade do quadro de pessoal, a qual é medida pela relação empregados/1.000 ligações (água + esgoto) que passou de 2,47 empregados/1000 ligações em 1T07 para 2,34 em 1T08, principalmente devido ao crescimento verificado no número de ligações e ao contingenciamento do quadro das áreas administrativas.

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

COPASA MG

Indicadores de Desempenho Operacional/Comercial

1º trimestre de 2008 e 2007

Itens	Unidades	1T08	1T07	Variação	
				valor	%
1-Empregados	nº	11.060	11.093	-33	-0,3
2-Empregados/ligações (A+E)	emp/1.000 ligações	2,34	2,47	-0,13	-5,4
3-Volume Faturado					
Água	1.000 m³/trimestre	146.541	141.893	4.648	3,3
Esgoto	1.000 m³/trimestre	79.375	75.225	4.150	5,5
Total	1.000 m³/trimestre	225.916	217.118	8.798	4,1
4-Volume Produzido de Água	1.000 m³/trimestre	211.585	211.129	456	0,2
5-Índice de Hidrometração	%	99,43	99,81	-0,38	-0,4
6-Água Não Convertida em Receita - ANCR (1)	l/ligação/dia	254,63	265,52	-10,89	-4,1

(1) - Média dos últimos 12 meses

O percentual de ligações hidrometradas manteve-se elevado, atingindo 99,43% em março/2008. Embora ligeiramente inferior ao verificado em 1T07 (99,81%), devido ao início de operação de sistemas com baixo índice de hidrometração e que estão em processo de padronização, este índice é um dos melhores entre as companhias de saneamento, significando que, de um total de 3,21 milhões de ligações de água, apenas 18,3 mil ainda não possuem hidrômetros instalados.

Outro resultado bastante positivo é a redução de quase 11% verificada no indicador Água Não Convertida em Receita – ANCR, que representa a diferença entre o volume distribuído e o volume efetivamente faturado aos consumidores, que atingiu 254,63 l/lig/dia em 1T08. Os estudos tem demonstrado que tal indicador, que inclui basicamente, as perdas reais de água decorrentes do rompimento de tubulações, os furtos e as imprecisões de medição, é um dos menores dentre as empresas de saneamento do Brasil.

Este desempenho é resultado do Programa de Combate e Redução das Perdas de Água - PRPA, que a empresa implantou e vem desenvolvendo desde 2003 tendo como base conceitos do Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água - PNCDA e da International Water Association – IWA. Através do PRPA buscamos implantar um modelo de gestão integrada de combate às perdas, acompanhar a evolução dos indicadores de perdas de água e implementar ações que visam eliminar as causas mais freqüentes destas perdas. Assim, com praticamente o mesmo volume produzido de água tratada em 1T07 foi possível abastecer mais 490 mil pessoas em 1T08.

3- Investimentos medidos em 1T08

No 1T08 os investimentos foram alocados, principalmente, à ampliação e melhoria do Sistema Produtor do Rio das Velhas, que faz parte do Sistema Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte, à ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Três Corações, às ampliações dos Sistemas de Esgotamento Sanitário de Contagem, Diamantina e Montes Claros, às obras do tratamento secundário da Estação de Tratamento de Esgotos do Ribeirão do Onça – ETE Onça e à implantação da Estação de Tratamento de Esgotos de Montes Claros.

INVESTIMENTOS (EM R$ MILHÕES)	2007	1T07	1T08
ÁGUA	368,0	95,3	86,6
ESGOTO	433,0	71,6	82,9
OUTROS	37,0	21,7	8,2
TOTAL	**838,0**	**188,6**	**177,7**

4 - Desempenho do Resultado Financeiro

Os desempenhos de resultado no primeiro trimestre de 2008, quando comparados com o mesmo trimestre do ano anterior, apresentam-se em crescimento continuado, como podemos perceber nos quadros ora apresentados.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Período encerrado no 1º trimestre				
	2008		2007		Variação
	(R$ milhares)	%	(R$ milhares)	%	%
Receitas dos serviços de água	395.336		346.847		14,00
Receitas dos serviços de esgoto	126.068		132.318		-4,70
Receita operacional bruta	**521.404**		**479.165**		8,80
Deduções da receita operacional bruta	(54.101)		(48.223)		12,20
Receita operacional líquida	**467.303**	100,00	**430.942**	100,00	8,40

Custos dos serviços prestados	(231.071)	-49,45	(209.450)	-48,60	10,32
Lucro bruto	**236.232**	50,55	**221.492**	51,40	6,70
Despesas comerciais	(37.640)	-8,05	(34.722)	-8,06	8,40
Despesas gerais e administrativas	(64.557)	-13,81	(66.135)	-15,35	-2,40
Outras receitas (despesas) operacionais	(2.050)	-0,44	2.193	0,51	n.m.
Resultado financeiro líquido	3.558	0,76	4.174	0,97	-14,76
Juros sobre capital próprio	-	-	(0)	-	n.m.
Resultado não operacional	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**135.543**	29,01	**127.002**	29,47	6,70
Imposto de renda e contribuição social	(48.612)	-10,40	(42.332)	(9,82)	14,80
Participação dos empregados	-	-	-	-	-
Reversão dos juros sobre capital próprio	-	-	0	0,00	n.m.
Lucro (prejuízo) líquido	**86.931**	18,60	**84.670**	19,65	2,70

Receita Operacional Bruta – A receita operacional bruta aumentou R$42.239 mil ou 8,80%, atingindo R$521.404 no 1º trimestre de 2008, contra R$479.165 mil no mesmo período do ano anterior. Desse aumento, R$48.489 mil foram relativos a serviços de abastecimento de água, compensados pela redução de R$6.250 mil referentes a serviços de esgotamento sanitário, conforme comentários a seguir:

Abastecimento de água – A receita de abastecimento de água aumentou 13,98% atingindo R$395.336 mil no 1º trimestre de 2008, contra R$346.847 mil no mesmo período de 2007. Esse aumento decorreu, principalmente, dos reajustes tarifários praticados a um índice médio de 6,72% a partir do mês de março de 2007 e 9,47% a partir do mês de março de 2008, e em menor proporção, do crescimento da população atendida, que aumentou 4,3%, passando de 11.564 mil habitantes em 31 de março de 2007 para 12.066 mil habitantes em 31 de março de 2008.

Esgotamento sanitário – A receita decorrente de esgotamento sanitário diminui 4,72%, atingindo R$126.068 mil no 1º trimestre de 2008, contra R$132.318 mil no mesmo período de 2007. Essa redução decorreu, principalmente, da alteração do percentual da tarifa de esgoto em relação à tarifa de água que correspondia a 90,0% da tarifa de água e a partir de março de 2007 passou a corresponder a 60,0% desta.

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

A tabela abaixo demonstra a variação de nossa receita operacional bruta decorrente de nossos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, nos períodos indicados:

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1º trimestre				
	2008		2007		Variação
	(R$ milhares)	(%)	(R$ milhares)	(%)	(%)
Serviços de abastecimento de água	395.336	75,8	346.847	72,4	13,98
Serviços de esgotamento sanitário	126.068	24,2	132.318	27,6	-4,72
Total	**521.404**	**100,0**	**479.165**	**100,0**	**8,82**

Receita Operacional Líquida – A receita operacional líquida atingiu R$467.303 mil no 1º trimestre de 2008, contra R$430.942 mil no mesmo período do ano anterior, aumentando 8,40% em função do reflexo do reajuste tarifário ocorrido em março de 2007 e 2008 .

Custos e despesas operacionais

A Companhia, por sua política estratégica, elabora orçamento anual de seus gastos e mantém constante acompanhamento de suas realizações. Dessa forma, as demandas de gastos operacionais podem ser avaliadas e equacionadas no decorrer do exercício, conforme demonstrado a seguir:

Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados são formados pelos gastos com operação, conservação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento e tratamento sanitário, conforme, demonstrado no quadro abaixo:

1º Trimestre – *em R$ mil*	2008	2007	Variação R$	Variação %
Custos dos serviços prestados	**231.071**	**209.450**	**21.621**	**10,32**
Pessoal	79.060	68.625	10.435	15,21
Depreciações e amortizações	52.900	47.389	5.511	11,63
Energia elétrica	55.240	48.753	6.487	13,31
Serviços de terceiros	22.166	26.043	(3.877)	-14,89
Material	18.508	16.456	2.052	12,47
Repasse tarifário municípios	11.594	12.227	(633)	-5,18
Gastos gerais	1.757	1.793	(36)	-2,01
Recuperação de crédito *(Cofins/Pis)*	(10.154)	(11.836)	1.682	-14,21

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Principais variações e causas:

Pessoal – O aumento nos gastos apurados com pessoal no valor de R$10.435 mil ou o equivalente a 15,21%, se deve ao reajuste determinado pelo acordo coletivo 2006/2008. Tal acordo além de determinar o pagamento de verbas retroativas, aumentou o percentual da Gratificação de Desempenho Institucional – GDI variável para até 20% do salário nominal, além de fixar o percentual de reajuste salarial em 2%. Além disso, observamos outras variações de menor relevância, conforme demonstrado abaixo:

TÍTULO	31/03/2008	31/03/2007	Variação	
			R$	%
Ordenados e Salários/Hora Normal	31.319.413	26.448.312	4.871.101	18,42
Ordenados e Salários/Hora Extra	2.727.435	2.380.709	346.726	14,56
Gratificação de Função	301.996	289.969	12.027	4,15
Férias	7.007.976	6.181.106	826.870	13,38
13 Salário	2.951.796	2.742.169	209.627	7,64
Insalubridade	785.856	697.191	88.665	12,72
Complemento de Auxílio Doença	2.657	13.050	(10.393)	-79,64
Gratificação por Desempenho Institucional	4.006.570	3.263.526	743.044	22,77
Previdência Social	12.072.401	11.095.804	976.597	8,80
FGTS	3.780.905	3.567.636	213.269	5,98
Seguro Acidentes de Trabalho	1.597.597	1.455.402	142.195	9,77
Indenizações/Aviso Prévio	228.496	112.008	116.488	n.m.
Formação Profissional	2.160	594	1.566	n.m.
Lanche Padrão	199.007	134.109	64.898	48,39
Programa Vale Transporte	1.258.911	1.400.343	(141.432)	-10,10
Programa Suplementação – COPASS	1.072.725	998.669	74.056	7,42
Programa de saúde	1.230.389	1.191.138	39.251	3,30
Programa Alimentação	10.162.162	9.335.033	827.129	8,86
Programa de Seguridade	2.517.442	1.804.891	712.551	39,48
Outros Programas Assistenciais	124.338	82.276	42.062	51,12
Gratificação de Desempenho Gerencial	186.431	182.607	3.824	2,09
Custos das Unidades de Expansão	(4.476.971)	(4.751.377)	274.406	-5,78
DESPESAS DE PESSOAL	**79.059.692**	**68.625.165**	**10.434.527**	**15,20**

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Energia elétrica – O aumento de R$6.487 mil ou o equivalente a 13,31% foi devido basicamente, ao reajuste de 9,4% nas tarifas praticadas pelas concessionárias prestadoras desses serviços, ocorrido a partir do mês de abril de 2007.

Serviços de terceiros – Os gastos com serviços de terceiros teve uma redução de 14,89% ou o equivalente a R$3.877 mil neste trimestre em relação ao 1º Trimestre do ano anterior. Os valores referem-se a serviços de manutenção dos sistemas de água e de esgoto, no valor de R$2.030 mil e limpeza/vigilância/mensag.e recep no valor de R$2.038 mil, compensados pela não distribuição das despesas de serviços de arrecadação em custos operacionais, no 1º trimestre de 2007, no valor de R$1.745 mil.

Materiais – o aumento de 12,47% ou R$2.052 mil se deve basicamente a gastos com material de tratamento no valor de R$2.278 mil, compensado com outros itens.

Depreciações e amortizações – aumento de 11,63% ou R$5.511mil é devido às depreciações relacionadas aos novos bens incorporados ao imobilizado em operação após conclusão de obras e às amortizações de ativos intangíveis.

Recuperação de créditos – refere-se ao valor de créditos apurados conforme a lei que tornou a Cofins e o Pis/Pasep não cumulativos. Estes créditos são gerados a partir da aplicação das alíquotas das contribuições sobre as despesas com energia elétrica e serviços de terceiros contratados com pessoas jurídicas, aluguéis de bens móveis e imóveis, depreciação e também sobre os materiais adquiridos, como forma de compensar o valor da Cofins e do Pis/Pasep embutidos nos preços de produtos e serviços adquiridos pela Companhia no valor dessas contribuições a pagar.

Despesas comerciais

Compreendem aos gastos do sistema comercial da Companhia, conforme demonstrados no quadro abaixo:

1º Trimestre – *em R$ mil*	2008	2007	Variação R$	Variação %
Despesas comerciais	**37.640**	**34.722**	**2.918**	**8,40**
Pessoal	18.383	14.168	4.215	29,75
Baixas de contas – PDD	13.302	13.151	151	1,15
Serviços de terceiros	3.047	4.716	(1.669)	-35,39
Depreciações e amortizações	2.116	1.814	302	16,65
Material	637	752	(115)	-15,16
Gastos gerais	155	121	34	28,10

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Principais variações e causas:

Pessoal – O aumento nos gastos apurados com pessoal no valor de R$4.215 mil ou o equivalente a 29,75%, se deve ao determinado pelo acordo coletivo 2006/2008. Tal acordo além de determinar o pagamento de verbas retroativas, aumentou o percentual da Gratificação de Desempenho Institucional – GDI variável para até 20% do salário nominal, além de fixar o percentual de reajuste salarial em 2%. Além disso, observamos outras variações de menor relevância, conforme demonstrado abaixo:

TÍTULO	31/03/2008	31/03/2007	Variação	
			R$	%
Ordenados e Salários/Hora Normal	7.226.192	5.711.388	1.514.804	26,52
Ordenados e Salários/Hora Extra	316.559	216.225	100.334	46,40
Gratificação de Função	26.020	25.098	922	3,68
Férias	1.579.558	1.223.671	355.887	29,08
13 Salário	673.512	532.789	140.723	26.41
Insalubridade	3.677	8.839	(5.162)	-58.40
Complemento de Auxílio Doença	0	1.125	(1.125)	-100,00
Gratificação por Desempenho Institucional	960.976	647.574	313.402	48,40
Previdência Social	2.635.967	2.061.500	574.467	27,87
FGTS	821.115	655.320	165.795	25,30
Seguro Acidentes de Trabalho	296.590	232.116	64.474	27,78
Indenizações/Aviso Prévio	13.630	6.918	6.712	97,01
Formação Profissional	0	270	(270)	-100,00
Lanche Padrão	140.124	97.170	42.954	44,20
Programa Vale Transporte	207.035	198.042	8.993	4,54
Programa. Suplementação - COPASS	247.878	191.670	56.208	29,32
Programa de saúde	254.354	240.837	13.517	5,61
Programa de Alimentação	2.414.885	1.765.687	649.198	36,77
Programa Seguridade	500.406	299.674	200.732	66,98
Outros Programas Assistenciais	46.349	35.311	11.038	31,26
Gratificação de Desempenho Gerencial	17.744	17.134	610	3,56
DESPESAS DE PESSOAL	**18.382.571**	**14.168.358**	**4.214.213**	**29,74**

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Serviços de terceiros – Os gastos com serviços de terceiros apresenta uma variação devido a não distribuição das despesas de serviços de arrecadação em custos operacionais, no 1º trimestre de 2007, no valor de R$1.745 mil.

Despesas administrativas

Compreendem aos gastos com a estrutura de gestão da Companhia, que engloba os Conselhos de Administração e Fiscal, gabinetes de Diretoria e suas respectivas Superintendências vinculadas, cujas despesas se totalizam no quadro a seguir:

1º Trimestre – *em R$ mil*	2008	2007	Variação	
			R$	%
Despesas administrativas	**64.557**	**66.135**	**(1.578)**	**-2,39**
Pessoal	**41.747**	**44.679**	**(2.932)**	**-6,56**
Salários, honorários e encargos	33.205	35.075	(1.870)	-5,33
Assistência social / Previd. Privada	8.542	9.604	(1.062)	-11.06
Serviços de terceiros	**15.406**	**16.621**	**(1.215)**	**-7,31**
Serviços técnicos profissionais	2.640	1.688	952	56,40
Publicidade e propaganda	3.836	4.866	(1.030)	-21,17
Telefone	868	411	457	n.m.
Outras despesas	8.062	9.656	(1.594)	-16,51
Depreciações e amortizações	**4.048**	**1.764**	**2.284**	**n.m.**
Gastos gerais	**2.043**	**1.549**	**494**	**31,89**
Material	**1.313**	**1.522**	**(209)**	**-13,73**

Principais variações e causas:

Pessoal – A variação ocorrida nos gastos com pessoal refere-se, principalmente, a acerto em janeiro de 2008 do cadastro de áreas comerciais que encontravam-se cadastradas indevidamente no SAP como administrativas em 2007, correspondente ao 1º trimestre de 2007 o valor de R$2.062 mil.
Em maio de 2007, houve o reajuste determinado pelo acordo coletivo de 2006/2008. Tal acordo, além de determinar o pagamento de verbas retroativas, aumentou o percentual da Gratificação de Desempenho Institucional – GDI variável para até 20% do salário nominal, além de fixar o percentual de reajuste salarial em 2%. Além disso, observamos outras variações de menor relevância, conforme demonstrado abaixo:

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

TÍTULO	31/03/2008	31/03/2007	Variação	
			R$	%
Ordenados e Salários/HN	15.614.828	17.378.430	(1.763.602)	-10,15
Ordenados e Salários/HE	159.821	166.336	(6.515)	-3,92
Gratificação de Função	695.329	520.893	174.436	33,49
Gratificação de Representação	-	18	(18)	-100,00
Honorários Diretoria/Conselhos	653.053	588.551	64.502	10,96
Férias	3.992.679	3.208.562	784.117	24,44
13 Salário	1.583.838	1.592.904	(9.066)	-0,57
Insalubridade	24.868	23.723	1.145	4,82
Complemento Auxílio doença	2.029	5.920	(3.891)	-65,73
Gratificação de Desempenho Institucional	2.097.755	1.823.653	274.102	15,03
Previdência Social	6.152.650	5.938.546	214.104	3,61
FGTS	2007.228	2.188.893	(181.665)	-8,30
Seguro Acidentes de Trabalho	685.059	679.534	5.525	0,81
Indenizações/Aviso Prévio	1.154.605	625.128	529.477	84,70
Formação Profissional	146.619	57.962	88.657	n.m.
Lanche Padrão	178.211	111.625	66.586	59,65
Programa Vale Transporte	908.257	762.221	146.036	19,16
Programa Suplementação – COPASS	1.598.762	690.245	908.517	n.m.
Programa de saúde	1.004.359	4.348.481	(3.344.122)	-76,90
Programa Alimentação	2.595.400	2.045.455	549.945	26,89
Programa de Seguridade	1.867.999	1.379.432	488.567	35,42
Outros Programas Assistenciais	243.285	196.919	46.366	23,55
Contribuição para AECO	-	11.627	(11.627)	-100,00
Ressarcimento Funcionário Cedido para Convênio	(2.012.609)	-	(2.012.609)	-
Gratificação de Desempenho Gerencial	393.427	333.665	59.762	17,91
Despesas de Pessoal	**41.747.452**	**44.678.723**	**(2.931.271)**	**-6,56**

Depreciações e amortizações – O aumento de R$2.284 mil é devido à amortização referente ao início de operação do SAP ocorrido em setembro de 2007, no valor de R$1.754 mil, e de imobilização de compra de outros bens.

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Outras Receitas/Despesas Operacionais –. Devido à mesma natureza os itens são analisados em um mesmo comentário descrevendo seu desempenho tanto para receitas como para as despesas operacionais, conforme quadro abaixo:

1º Trimestre - R$ mil	2008	2007	Variação R$	Variação %
Outras Receitas Operacionais				
Receita de Serviços Técnicos	975	1.903	(928)	-48,77
Receita de Transferência de Tecnologia	4	0	4	-
Reversão de Provisão não Dedutível	1.339	525	814	n.m.
Recuperação de Contas Baixadas	5.031	6.833	(1.802)	-26,37
Outras Receitas	1.202	1.955	(753)	-38,52
Total de Outras Receitas Operacionais	**8.551**	**11.216**	**(2.665)**	**-23,76**
Outras Despesas Operacionais				
Perdas Eventuais ou Extraordinárias	(5.262)	(7.879)	2.617	-33,21
Outras Despesas	(5.339)	(1.144)	(4.195)	n.m.
Total de Outras Despesas Operacionais	**(10.601)**	**(9.023)**	**(1.578)**	**17,49**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	**(2.050)**	**2.193**	**(4.243)**	**n.m.**

Outras receitas operacionais: As outras receitas operacionais reduziram R$2.665 mil ou 23,76%, totalizando R$8.551 mil no 1º trimestre de 2008 contra R$11.216 mil no mesmo período de 2007. As principais ocorrências dentro deste grupo foram as reduções das receitas de serviços técnico no valor de R$928 mil, onde R$689 refere-se a receita de assistência técnica, e em recuperação de contas baixadas – PDD, no valor de R$1.803 mil.

Outras despesas operacionais: As outras despesas operacionais aumentaram R$1.578 mil ou 17,49%. A variação se deve a redução de R$2.617 de perdas eventuais ou extraordinárias, ocorrida no valor de R$3.848 mil em provisões para processos judiciais compensada pelo aumento de provisões para contingências no valor de R$1.345, e aumento de outras despesas no valor de R$4.195 devido a reclassificação das contas de Cofins, Pasep, IPVA e taxas de incêndios, no valor de R$2.557 mil, que em 2007 foram classificadas como despesas financeiras e em 2008 estão classificadas como outras despesas operacionais.

Geração de recursos ou EBITDA – Foram gerados R$191.049 mil no 1º Trimestre de 2008, contra R$173.795 mil no 1º Trimestre de 2007, apresentando um aumento de 9,93%. A margem EBITDA registrada foi de 40,15% no 1º Trimestre de 2008, contra 39,31% no 1º Trimestre de 2007, cujo aumento de 0,84p.p. decorre, principalmente, do crescimento das receitas operacionais líquidas.

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Receitas e despesas financeiras – correspondem às operações de empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações. Devido à mesma natureza os itens são analisados em um mesmo comentário descrevendo seu desempenho tanto para receitas como para as despesas financeiras, conforme quadro abaixo:

1º Trimestre - R$ mil	2008	2007	Variação R$	Variação %
Receitas financeiras				
Variações monetárias e cambiais	4.586	7.272	(2.686)	-36,94
Juros	9.794	6.377	3.417	53,58
Ganho real em aplicações financeiras	23.172	21.332	1.840	8,63
Diversas	4	123	(119)	-97,75
Total de receitas financeiras	**37.556**	**35.104**	**2.452**	**6,98**
Despesas financeiras				
Variações monetárias e cambiais	(14.734)	(12.458)	(2.276)	18,27
Juros sobre financiamentos	(16.672)	(12.419)	(4.253)	34,25
Diversas	(2.592)	(6.053)	3.461	-57,18
Total de despesas financeiras	**(33.998)**	**(30.930)**	**(3.068)**	**9,92**
Receitas/Despesas financeiras	**3.558**	**4.174**	**(616)**	**-14,76**

O resultado financeiro líquido diminuiu R$616 mil ou 14,76%, atingindo o valor de R$3.558 no 1º trimestre de 2008, comparado com o valor de R$4.174 mil no mesmo período de 2007.

Principais variações e causas:

Variações monetárias e cambiais – A Companhia detém grande parte de seu passivo não circulante vinculado à oscilação da moeda americana. Em garantia a esses financiamentos, estão registrados em nossos ativos, cauções que representam um percentual desse passivo não circulante as quais são impactadas também pela oscilação da moeda americana. Neste 1º Trimestre as receitas financeiras vinculadas às cauções e provenientes das variações cambiais tiveram uma redução de R$2.686 mil. As despesas financeiras vinculadas ao passivo não circulante e, indexadas às variações cambiais, foram aumentadas em R$2.276 mil.

Juros – Esse item registra as receitas auferidas com os juros de parcelamentos de débitos das prefeitura, os juros incidentes sobre os empréstimos compulsórios, bem como da caução referente aos financiamentos do passivo não circulante. Os juros ativos, incidentes sobre débitos de clientes e da Prefeitura de Belo Horizonte, obtiveram uma variação de R$3.417 mil comparados com o mesmo trimestre do exercício anterior, enquanto os juros passivos aumentaram R$4.253 mil.

Ganho real em aplicações financeiras – O aumento de R$1.840 mil no 1º trimestre de 2008 se deve basicamente aos rendimentos obtidos nas aplicações financeiras, cujo aumento no período foi de R$99.717 mil.

Receitas/Despesas diversas – As receitas diversas compreendem as bonificações e dividendos auferidos pela companhia no 1º Trimestre em análise, comparado com os valores recebidos no mesmo trimestre do ano anterior. Esse item obteve uma redução de R$119 mil, referente basicamente aos descontos auferidos pela empresa. As despesas diversas são compostas por multas e acréscimos moratórios, despesas bancárias e encargos assumidos pela empresa. Esse item teve redução de R$3.461 mil no 1º Trimestre de 2008 em relação ao mesmo trimestre de 2007. Esta redução deve-se ao fato da reclassificação das contas de Cofins, Pasep, IPVA e taxas de incêndios, no valor de R$2.557 mil, que em 2007 foram classificadas como despesas financeiras e em 2008 estão classificadas como outras despesas operacionais .

Provisão para imposto de renda e contribuição social – A tributação sobre o lucro neste 1º trimestre de 2008 atingiu R$48.612 mil contra R$42.332 mil no igual trimestre do ano anterior. Conforme entendimento da Companhia, o valor do Imposto de Renda é calculado com base no Lucro Real apurado no período (25% sobre o Lucro Real) e a Contribuição Social é calculada aplicando-se 9% sobre o valor ajustado do lucro antes da contribuição social.

Lucro líquido do trimestre – O lucro líquido do 1º Trimestre de 2008 foi de R$86.931 mil com um aumento de R$2.261 ou 2,67% contra R$84.670 mil no igual trimestre do ano anterior.

5 - Análise e Discussão da Estrutura Patrimonial

A análise e a discussão a seguir sobre nossa estrutura patrimonial baseiam-se nas informações resultantes das nossas Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras.

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa.

Para efeito da análise e discussão indicada a seguir, foram consideradas aquelas rubricas que a Companhia entende materialmente relevantes para adequadamente justificar as alterações em sua situação patrimonial nas datas indicadas, seja em razão do montante de seu saldo, seja em razão da variação percebida entre tais datas.

2008 BALANÇO PATRIMONIAL DE ITR

Exercício Social – em R$ mil	31/03/2008 R$ mil	31/12/2007 R$ mil	Variação R$	Variação %
Ativo circulante	1.321.409	1.374.216	(52.807)	(3,84)
Ativo não circulante	4.517.072	4.389.896	127.176	2,90
Total do Ativo	**5.838.481**	**5.764.112**	**74.369**	**1,29**
Passivo circulante	495.593	521.670	(26.077)	(5,00)
Exigível a longo prazo	1.738.996	1.731.084	7.912	0,46
Patrimônio líquido	3.603.892	3.511.358	92.534	2,64
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**5.838.481**	**5.764.112**	**74.369**	**1,29**

2008 ATIVO CIRCULANTE - ITR

Exercício Social – em R$ mil	31/03/2008 R$ mil	31/12/2007 R$ mil	Variação R$	Variação %
Disponibilidades	37.945	166.378	(128.433)	(77,19)
Títulos e valores mobiliários	922.832	823.115	99.717	12,11
Contas a receber de clientes	324.867	335.819	(10.952)	(3,26)
Estoques	27.271	26.512	759	2,86
Impostos a recuperar	552	8.658	(8.106)	(93,62)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	376	(376)	-100%
Créditos diversos	7.942	13.358	(5.416)	(40,54)
Total do ativo circulante	**1.321.409**	**1.374.216**	**(52.807)**	**(3,84)**

Ativo Circulante

Caixa e Bancos

A conta ‘caixa e bancos’ diminuiu R$128.433, ou seja, 77,19% mil em relação a 31 de dezembro de 2007. Esta redução deve-se ao fato de que, do valor de R$150.000 mil, recebido em 26 de dezembro de 2007, relativo à emissão de debêntures, R$35.000 mil foram utilizados no pagamento de despesas, e R$115.000 mil que ficaram mantidos em conta corrente, foram, então, aplicados em janeiro de 2008 aguardando a extinção da CPMF a partir do dia 1º do referido mês, gerando redução nas contas ‘banco’ e aumento na conta ‘aplicações financeiras’.

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Títulos e Valores Mobiliários

A conta 'títulos e valores mobiliários' aumentou 12,11%, ou seja, R$99.717 mil, atingindo, em 31 de dezembro de 2007, R$823.115 mil, contra R$922.832 mil em 31 de março de 2008. A variação nessa conta é explicada pela aplicação de recursos recebidos oriundos de atividade da Companhia e de captação de recursos de terceiros, cujo valor de R$150.000 mil, recebidos em 26 de dezembro de 2007, parte dele, ou seja, R$115.000 mil, só foram aplicados em janeiro de 2008, devido não existir mais cobrança de CPMF.

Contas a Receber de Clientes

A rubrica 'Contas a Receber de Clientes' diminuiu R$10.952 mil em 31 de março de 2008 ou 3,26%. Esse fato é referente à diminuição de 4.428.848 m3 do volume faturado no período de janeiro a março de 2008, em comparação com o volume faturado em dezembro de 2007, que multiplicado a uma tarifa média de 2,3212, resulta em uma redução de R$10,3 milhões.

Impostos a recuperar

Este grupo diminuiu R$8.106 mil ou 93,62%, cujos valores foram R$8.658 mil em 31 de dezembro de 2007 contra R$552 mil em 31 de março de 2008. Refere-se à compensação de saldo negativo de imposto de renda e contribuição social no 1º trimestre de 2008.

Créditos Diversos

A conta 'créditos diversos' teve redução de 40,54%, ou seja, R$5.416 mil, em março de 2008, cujo valor de R$7.492 mil contra R$13.358 mil em dezembro de 2007.

2008 ATIVO NÃO CIRCULANTE - ITR

Exercício Social – em R$ mil	31/03/2008 R$ mil	31/12/2007 R$ mil	Variação R$	Variação %
Realizável a longo prazo	350.062	345.063	4.999	1,45
Permanente	4.167.010	4.044.833	122.177	3,02
Investimentos	22.036	15.150	6.886	45,45
Imobilizado	4.144.974	4.029.683	115.291	2,86
Imobilizado em andamento	1.205.105	1.122.804	82.301	7,33
Imobilizado em serviço	2.939.869	2.906.879	32.990	1,13
Valor Original	5.554.702	5.461.826	92.876	1,70
Depreciações e Amortizações	(2.614.833)	(2.554.947)	(59.886)	2,34
Total do ativo não circulante	**4.517.072**	**4.389.896**	**127.176**	**2,90**

Ativo Não Circulante

Contas a Receber de Clientes

O grupo 'Contas a Receber a Longo Prazo', que está relacionado exclusivamente a débitos do Município de Belo Horizonte, diminuiu 3,18% atingindo o valor de R$179.675 mil em 31 de março de 2008 contra R$185.574 mil em 31 de dezembro de 2007. Essa diminuição se deve pela redução do valor da tarifa média mensal da Superintendência de Belo Horizonte – SPBH, que é a base de cálculo do acordo de débito da Prefeitura de Belo Horizonte com a Companhia. Os valores das tarifas foram, em dezembro de 2007 de 2,4419 e de março, de 2,3623, que influenciaram o faturamento a menor de R$5.898 mil no período.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Essa rubrica teve um crescimento de R$1.534 mil, numa variação de 2,93%, sendo seus valores em dezembro de 2007 de R$52.352 mil e R$53.886 mil em março de 2008. Essa variação justifica-se pelo aumento do crédito a compensar do imposto de renda e da contribuição social líquida compostos por provisões temporárias não dedutíveis e pela base negativa da contribuição social que representam um crédito fiscal de 34% calculados sobre os valores e diferido pelo prazo máximo de 10 anos.

Caução em garantia de financiamentos

O aumento nesta rubrica de 8,78%, ou seja, R$4.456 mil, no período de dezembro de 2007 a março de 2008, refere-se, basicamente, ao acréscimo de R$3.430 mil de nova aplicação de garantia de financiamento nas debêntures conta reserva e novos depósitos de garantia em função dos desembolsos da Caixa Econômica Federal no valor de R$1.319 .

Depósitos Judiciais

O valor da conta de depósitos judiciais em 31 de março de 2008 teve redução de R$52 mil, ou seja, 0,03 % , sendo R$ 13.899 em em dezembro de 2007 e R$13.847 mil em março de 2008.. O aumento decorreu de baixas do registro dos depósitos judiciais que garantem a manutenção da discussão dos processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Investimentos

O aumento de R$ 6.886 mil ocorrido, cujos valores são R$15.150 mil em dezembro de 2007 contra R$22.036 mil em março de 2008, foi causado pelos investimentos realizados na Copasa Águas Minerais de Minas S/A a títulos de adiantamento para futuro aumento de capital na referida subsidiaria.

Ativo Permanente

Imobilizado

Nosso imobilizado aumentou em 2,86%, atingindo R$4.029.683 mil em 31 de dezembro de 2007, contra R$4.144.974 mil em 31 de março de 2008. Esse aumento explica-se, principalmente, pelos empreendimentos para expansão e criação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

2008 PASSIVO CIRCULANTE - ITR

Exercício Social – em R$ mil	31/03/2008 R$ mil	31/12/2007 R$ mil	Variação R$	Variação %
Empréstimos e financiamentos	101.093	95.760	5.333	5,57
Empreiteiros e fornecedores	64.407	92.600	(28.193)	(30,45)
Debêntures - juros remuneratórios	51.097	48.590	2.507	5,16
Impostos, taxas e contribuições	32.259	34.042	(1.783)	(5,24)
Provisão tributária	8.685	5.392	3.293	61,07
Provisão para férias e 13º salário	53.526	51.054	2.472	4,84
Provisão para processos em litígio	0	0	0	-
Participação dos empregados nos lucros	20.821	20.821	0	0,00
Juros sobre o capital próprio	77.129	77.135	(6)	(0,01)
Convênio de cooperação técnica	37.894	37.726	168	0,45
Plano de pensão	8.593	12.887	(4.294)	(33,32)
Energia Elétrica	28.984	33.134	(4.150)	(12,52)
Obrigações diversas	11.105	12.529	(1.424)	(11,37)
Total do passivo circulante	**495.593**	**521.670**	**(26.077)**	**(5,00)**

Passivo Circulante

Empréstimos e financiamentos de curto prazo

A conta de empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentou um saldo de R$95.760 mil em 31 de dezembro de 2007, contra R$101.093 mil em 31 de março de 2008. Esse aumento de

5,57%, ou seja, R$5.333 mil, refere-se a entradas de mais contratos na fase de retorno (amortização).

Fornecedores

Nossa conta de Fornecedores apresenta um saldo de R$92.600 mil em 31 de dezembro de 2007, contra R$64.407 mil em 31 de março de 2008. A redução foi de R$28.193 mil, ou seja, 30,45%, devido a possibilidade do reconhecimento ainda dentro do mês de dezembro de 2007 de valores normalmente registrados em um mês subseqüente ao de competência, sendo R$20 mil, de medições de obras, R$6,2 mil de fatura do Programa de Alimentação e R$1,4 mil de repasse tarifário.

Debêntures

A conta debêntures aumentou em 31 de março de 2008, apresentando o valor de R$51.097 mil contra R$48.590 mil em 31 de dezembro de 2007. A variação foi de 5,16% sendo de R$2.507 mil e se refere a transferência de valores do passivo não circulante das amortizações e de juros de carência e remuneratórios.

Provisão Tributária

Esta conta cresceu R$3.293 mil, ou seja, 61,07%, e apresentou em 31 de março de 2008 o valor de R$8.685 mil contra R$5.392 mil em 31 de dezembro de 2007. Essa variação é decorrente do término da compensação da base negativa da contribuição social.

Plano de pensão

Em 31 de dezembro de 2007 apresentava um saldo de R$12.887 mil, e em 31 de março de 2008 houve uma redução de R$4.294 mil, permanecendo um saldo de R$8.593 mil. A variação se deve à não recorrência da provisão das despesas do passivo Atuarial no valor de R$8,6 mil, registrado em março de 2007.

Energia Elétrica

Nossa conta de energia elétrica apresenta um saldo de R$33.134 mil em 31 de dezembro de 2007, contra R$28.984 mil em 31 de março de 2008. Seu índice foi de 12,52% de redução, e

seu valor, R$4.150 mil. Essa variação decorre do fato de a Cemig, fornecedora de energia elétrica à Companhia, estar passando por processo de adequação em seu sistema de informações, impossibilitando o envio da fita magnética que compõe a interface com SICOE, resultando em repetição de dados para a conta de provisão.

2008 OBRIGAÇÕES DIVERSAS - ITR

Exercício Social – em R$ mil	31/03/2008 R$ mil	31/12/2007 R$ mil	Variação R$	Variação %
Obrigações Diversas	**11.105**	**12.529**	**(1.424)**	**(11,37)**
Prefeituras	8.078	8.254	(176)	(2,13)
Repasse Tarifário	100	343	(243)	(70,85)
Débitos de Concessões	7.978	7.911	67	0,85
Outras	3.027	4.275	(1.248)	(29,19)

Obrigações diversas

A conta obrigações diversas, atualmente, está composta pelas consignações a recolher (valores descontados da folha de pagamento de empregados) e por encontro de contas e renovação de concessões.

O saldo dessa conta em 31 de dezembro de 2007 era de R$12.529 mil, tendo diminuído 11,37% em 31 março de 2008, ou seja, R$1.424 mil contra R$11.105 mil em 31 de março de 2008. Porém, a variação de maior relevância dentro desta conta é a discriminação de sua abertura ‘outras’. Esta sofreu redução de 29,19%, ou seja, R$1.248 mil, devido o fato de que em dezembro são maiores seus valores em função do pagamento de 13º salário das obrigações que se referem à folha de pagamento.

2008 PASSIVO NÃO CIRCULANTE - ITR

Exercício Social – em R$ mil	31/03/2008 R$ mil	31/12/2007 R$ mil	Variação R$	Variação %
Empréstimos e financiamentos	**1.318.829**	**1.314.735**	4.094	0,31
Em moeda nacional	710.865	694.569	16.296	2,35
Caixa Econômica Federal	523.303	499.266	24.037	4,81
Governo Estadual / BDMG	24.861	25.542	(681)	(2,67)
Tesouro Nacional	162.701	169.761	(7.060)	(4,16)
Em moeda estrangeira	**69.102**	**70.755**	(1.653)	(2,34)
Banco do Brasil	1.995	2.037	(42)	(2,06)
Prosam / Bird	0	0	0	-
União federal - bônus	67.107	68.718	(1.611)	(2,34)
Debêntures	**538.862**	**549.411**	(10.549)	(1,92)
debêntures não conversiveis	397.526	408.160	(10.634)	(2,61)
debêntures conversiveis	141.336	141.251	85	0,06
Provisão para contingências	34.441	32.737	1.704	5,21
Provisões tributárias	106.112	104.767	1.345	1,28
Plano de Pensão	**154.529**	**153.896**	633	0,41
Energia Elétrica	**57.938**	**59.723**	(1.785)	(2,99)
Adiantamento para futuro aumento de capital	**8.797**	**8.797**	0	0,00
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**16.147**	**15.855**	292	1,84
Outras obrigações	**42.203**	**40.574**	1.629	4,01
Total do passivo não circulante	**1.738.996**	**1.731.084**	**7.912**	**0,46**

Passivo Não Circulante

Empréstimos e financiamentos de longo prazo

Nossa conta de empréstimos e financiamentos de longo prazo aumentou 0,31% no período de dezembro de 2007 a março de 2008. A diferença foi de R$4.094 mil e a principal conseqüência é o aumento de R$24.037 mil referente a financiamentos normais da Companhia junto à Caixa Econômica Federal.

Debêntures

A conta debêntures de longo prazo diminuiu R$10.549 mil, ou seja, 1,92%, apresentando o valor de R$549.411 mil em 31 de dezembro de 2007, contra um montante de R$538.862 mil em 31 de março de 2008. Essa redução se deve às transferências de valores para o curto prazo, não havendo, no período, desembolsos a favor da Companhia.

2008 PATRIMÔNIO LÍQUIDO - ITR

Exercício Social – em R$ mil	31/03/2008 R$ mil	31/12/2007 R$ mil	Variação R$	Variação %
Saldo inicial	**3.511.358**	**3.505.206**	6.152	0,18
Doações e subvenções	5.603	6.152	(549)	(8,92)
Lucro acumulado	86.931	0	86.931	**100%**
Saldo final	**3.603.892**	**3.511.358**	**92.534**	**2,64**

Patrimônio líquido

Nosso patrimônio líquido aumentou 0,18%, atingindo R$3.603.892 em 31 de março de 2008, contra R$3.511.358 mil em 31 de dezembro de 2007. Tal evolução refere-se, principalmente, à geração de lucros no período.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2008	4 - 31/12/2007
1	Ativo Total	5.842.035	5.764.967
1.01	Ativo Circulante	1.328.244	1.376.336
1.01.01	Disponibilidades	965.022	989.907
1.01.01.01	Caixa e bancos	38.989	166.792
1.01.01.02	Títulos e valores mobiliários	926.033	823.115
1.01.02	Créditos	333.092	349.329
1.01.02.01	Clientes	324.883	335.819
1.01.02.02	Créditos Diversos	8.209	13.510
1.01.02.02.01	Adiantamento a empregados	6.018	7.079
1.01.02.02.02	Despesas antecipadas	1.542	5.524
1.01.02.02.03	Outros	649	907
1.01.03	Estoques	29.578	28.066
1.01.04	Outros	552	9.034
1.01.04.01	Impostos a recuperar	552	8.658
1.01.04.02	Imp de renda e contrib social diferidos	0	376
1.02	Ativo Não Circulante	4.513.791	4.388.631
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	344.040	342.139
1.02.01.01	Créditos Diversos	344.040	342.139
1.02.01.01.01	Contas a receber de Clientes	179.675	185.574
1.02.01.01.02	Imp de Renda e Contrib Sociais Diferidos	53.886	52.352
1.02.01.01.03	Depósitos Judiciais	13.847	13.899
1.02.01.01.04	Caução em garantia de financiamentos	55.156	50.700
1.02.01.01.05	Outros	41.476	39.614
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	4.169.751	4.046.492
1.02.02.01	Investimentos	1.219	1.219
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	1.219
1.02.02.02	Imobilizado	3.969.908	3.859.219
1.02.02.03	Intangível	191.551	182.868
1.02.02.04	Diferido	7.073	3.186

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2008	4 - 31/12/2007
2	Passivo Total	5.842.035	5.764.967
2.01	Passivo Circulante	499.791	522.525
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	101.093	95.760
2.01.02	Debêntures	51.097	48.590
2.01.03	Fornecedores	67.345	93.332
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	32.797	34.152
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	62.211	56.446
2.01.06.01	Provisões tributárias	8.685	5.392
2.01.06.02	Provisão de salários	0	0
2.01.06.03	Provisão para férias	46.420	51.054
2.01.06.04	Provisão para 13º salário	7.106	0
2.01.06.05	Provisão para contingências	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	185.248	194.245
2.01.08.01	Participação dos Empregados nos Lucros	20.821	20.821
2.01.08.02	Juros Sobre Capital Próprio	77.129	77.135
2.01.08.03	Convênio de Cooperativa Técnica	38.599	37.726
2.01.08.04	Plano de Previdência Complementar	8.593	12.887
2.01.08.05	Obrigações Diversas	40.106	45.676
2.02	Passivo Não Circulante	1.738.352	1.731.084
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.738.352	1.731.084
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	779.968	765.324
2.02.01.02	Debêntures	538.861	549.411
2.02.01.03	Provisões	140.553	137.504
2.02.01.03.01	Provisões para contingências	34.441	32.737
2.02.01.03.02	Provisões tributárias	106.112	104.767
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	8.797	8.797
2.02.01.06	Outros	270.173	270.048
2.02.01.06.01	Plano de previdência complementar	154.529	153.896
2.02.01.06.02	Imp de renda e contrib social diferidos	16.147	15.855
2.02.01.06.03	Obrigações diversas	99.497	100.297
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.03	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	3.603.892	3.511.358
2.04.01	Capital Social Realizado	2.632.242	2.632.242
2.04.02	Reservas de Capital	75.991	70.388
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2008	4 -31/12/2007
2.04.04	Reservas de Lucro	808.728	808.728
2.04.04.01	Legal	66.077	66.077
2.04.04.02	Estatutária	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	742.651	742.651
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	86.931	0
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/03/2008	4 - 01/01/2008 a 31/03/2008	5 - 01/01/2007 a 31/03/2007	6 - 01/01/2007 a 31/03/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	521.434	521.434	0	0
3.01.01	Serviços de água	395.366	395.366	0	0
3.01.02	Serviços de esgoto	126.068	126.068	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	(54.104)	(54.104)	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	467.330	467.330	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(231.074)	(231.074)	0	0
3.05	Resultado Bruto	236.256	236.256	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(100.713)	(100.713)	0	0
3.06.01	Com Vendas	(37.640)	(37.640)	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(65.225)	(65.225)	0	0
3.06.03	Financeiras	3.558	3.558	0	0
3.06.03.01	Receitas Financeiras	37.556	37.556	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(33.998)	(33.998)	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	8.551	8.551	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(9.957)	(9.957)	0	0
3.06.05.01	Provisões Tributárias	0	0	0	0
3.06.05.02	Outras Despesas Operacionais	(9.957)	(9.957)	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	135.543	135.543	0	0
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	135.543	135.543	0	0
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(48.612)	(48.612)	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/03/2008	4 - 01/01/2008 a 31/03/2008	5 - 01/01/2007 a 31/03/2007	6 - 01/01/2007 a 31/03/2007
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	86.931	86.931	0	0
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	114.795	114.795	114.795	114.795
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,75727	0,75727	0,00000	0,00000
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

1 - Desempenho do Resultado Financeiro

Os desempenhos de resultado no primeiro trimestre de 2008, quando comparados com o mesmo trimestre do ano anterior, apresentam-se em crescimento continuado, como podemos perceber nos quadros ora apresentados:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Período encerrado no 1º trimestre				
	2008		2007		Variação
	(R$ milhares)	%	(R$ milhares)	%	%
Receitas dos serviços de água	395.366		346.847		13,99
Receitas dos serviços de esgoto	126.068		132.318		-4,72
Receita operacional bruta	**521.434**		**479.165**		8,82
Deduções da receita operacional bruta	(54.104)		(48.223)		12,20
Receita operacional líquida	**467.330**	100,00	**430.942**	100,00	8,44
Custos dos serviços prestados	(231.074)	-49,45	(209.450)	-48,60	10,32
Lucro bruto	**236.256**	50,55	**221.492**	51,40	6,67
Despesas comerciais	(37.640)	-8,05	(34.722)	-8,06	8,40
Despesas gerais e administrativas	(65.225)	-13,96	(66.135)	-15,35	-1,38
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.406)	-0,30	2.193	0,51	n.m.
Resultado financeiro líquido	3.558	0,76	4.174	0,97	-14,76
Juros sobre capital próprio	-	-	(0)	-	n.m.
Resultado não operacional	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**135.543**	29,00	**127.002**	29,47	6,73
Imposto de renda e contribuição social	(48.612)	-10,40	(42.332)	(9,82)	14,84
Participação dos empregados	-	-	-	-	-
Reversão dos juros sobre capital próprio	-	-	0	0,00	n.m.
Lucro (prejuízo) líquido	**86.931**	18,60	**84.670**	19,65	2,67

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Receita Operacional Bruta – A receita operacional bruta aumentou R$42.269 mil ou 8,82%, atingindo R$521.434 no 1º trimestre de 2008, contra R$479.165 mil no mesmo período do ano anterior. Desse aumento, R$48.519 mil foram relativos a serviços de abastecimento de água, compensados pela redução de R$6.250 mil referentes a serviços de esgotamento sanitário, conforme comentários a seguir:

Abastecimento de água – A receita de abastecimento de água aumentou 13,99% atingindo R$395.366 mil no 1º trimestre de 2008, contra R$346.847 mil no mesmo período de 2007. Esse aumento decorreu, principalmente, dos reajustes tarifários praticados a um índice médio de 6,72% a partir do mês de março de 2007 e 9,47% a partir do mês de março de 2008, e em menor proporção, do crescimento da população atendida, que aumentou 4,3%, passando de 11.564 mil habitantes em 31 de março de 2007 para 12.066 mil habitantes em 31 de março de 2008.

Esgotamento sanitário – A receita decorrente de esgotamento sanitário diminui 4,72%, atingindo R$126.068 mil no 1º trimestre de 2008, contra R$132.318 mil no mesmo período de 2007. Essa redução decorreu, principalmente, da alteração do percentual da tarifa de esgoto em relação à tarifa de água que correspondia a 90,0% da tarifa de água e a partir de março de 2007 passou a corresponder a 60,0% desta.

A tabela abaixo demonstra a variação de nossa receita operacional bruta decorrente de nossos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, nos períodos indicados:

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1º trimestre				
	2008		2007		Variação
	(R$ milhares)	(%)	(R$ milhares)	(%)	(%)
Serviços de abastecimento de água	395.366	75,8	346.847	72,4	13,99
Serviços de esgotamento sanitário	126.068	24,2	132.318	27,6	-4,72
Total	**521.434**	**100,0**	**479.165**	**100,0**	**8,82**

Receita Operacional Líquida – A receita operacional líquida atingiu R$467.330 mil no 1º trimestre de 2008, contra R$430.942 mil no mesmo período do ano anterior, aumentando 8,44% em função do reflexo do reajuste tarifário ocorrido em março de 2007 e 2008 .

Custos e despesas operacionais

A Companhia, por sua política estratégica, elabora orçamento anual de seus gastos e mantém constante acompanhamento de suas realizações. Dessa forma, as demandas de gastos operacionais podem ser avaliadas e equacionadas no decorrer do exercício, conforme demonstrado a seguir:

Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados são formados pelos gastos com operação, conservação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento e tratamento sanitário, conforme, demonstrado no quadro abaixo:

1º Trimestre – *em R$ mil*	2008	2007	Variação R$	Variação %
Custos dos serviços prestados	**231.074**	**209.450**	**21.624**	**10,32**
Pessoal	79.060	68.625	10.435	15,21
Depreciações e amortizações	52.900	47.389	5.511	11,63
Energia elétrica	55.240	48.753	6.487	13,31
Serviços de terceiros	22.166	26.043	(3.877)	-14,89
Material	18.508	16.456	2.052	12,47
Repasse tarifário municípios	11.594	12.227	(633)	-5,18
Gastos gerais	1.757	1.793	(36)	-2,01
Recuperação de crédito *(Cofins/Pis)*	(10.151)	(11.836)	1.685	-14,24

Principais variações e causas:

Pessoal – O aumento nos gastos apurados com pessoal no valor de R$10.435 mil ou o equivalente a 15,21%, se deve ao reajuste determinado pelo acordo coletivo 2006/2008. Tal acordo além de determinar o pagamento de verbas retroativas, aumentou o percentual da Gratificação de Desempenho Institucional – GDI variável para até 20% do salário nominal, além de fixar o percentual de reajuste salarial em 2%. Além disso, observamos outras variações de menor relevância, conforme demonstrado abaixo:

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

TÍTULO	31/03/2008	31/03/2007	Variação	
			R$	%
Ordenados e Salários/Hora Normal	31.319.413	26.448.312	4.871.101	18,42
Ordenados e Salários/Hora Extra	2.727.435	2.380.709	346.726	14,56
Gratificação de Função	301.996	289.969	12.027	4,15
Férias	7.007.976	6.181.106	826.870	13,38
13 Salário	2.951.796	2.742.169	209.627	7,64
Insalubridade	785.856	697.191	88.665	12,72
Complemento de Auxílio Doença	2.657	13.050	(10.393)	-79,64
Gratificação por Desempenho Institucional	4.006.570	3.263.526	743.044	22,77
Previdência Social	12.072.401	11.095.804	976.597	8,80
FGTS	3.780.905	3.567.636	213.269	5,98
Seguro Acidentes de Trabalho	1.597.597	1.455.402	142.195	9,77
Indenizações/Aviso Prévio	228.496	112.008	116.488	n.m.
Formação Profissional	2.160	594	1.566	n.m.
Lanche Padrão	199.007	134.109	64.898	48,39
Programa Vale Transporte	1.258.911	1.400.343	(141.432)	-10,10
Programa Suplementação – COPASS	1.072.725	998.669	74.056	7,42
Programa de saúde	1.230.389	1.191.138	39.251	3,30
Programa Alimentação	10.162.162	9.335.033	827.129	8,86
Programa de Seguridade	2.517.442	1.804.891	712.551	39,48
Outros Programas Assistenciais	124.338	82.276	42.062	51,12
Gratificação de Desempenho Gerencial	186.431	182.607	3.824	2,09
Custos das Unidades de Expansão	(4.476.971)	(4.751.377)	274.406	-5,78
DESPESAS DE PESSOAL	**79.059.692**	**68.625.165**	**10.434.527**	**15,21**

Energia elétrica – O aumento de R$6.487 mil ou o equivalente a 13,31% foi devido basicamente, ao reajuste de 9,4% nas tarifas praticadas pelas concessionárias prestadoras desses serviços, ocorrido a partir do mês de abril de 2007.

Serviços de terceiros – Os gastos com serviços de terceiros teve uma redução de 14,89% ou o equivalente a R$3.877 mil neste trimestre em relação ao 1º Trimestre do ano anterior. Os valores referem-se a serviços de manutenção dos sistemas de água e de esgoto, no valor de R$2.030 mil e limpeza/vigilância/mensag.e recep no valor de R$2.038 mil, compensados pela não distribuição das despesas de serviços de arrecadação em custos operacionais, no 1º trimestre de 2007, no valor de R$1.745 mil.

Materiais – o aumento de 12,47% ou R$2.052 mil se deve basicamente a gastos com material de tratamento no valor de R$2.278 mil, compensado com outros itens.

Depreciações e amortizações – aumento de 11,63% ou R$5.511 mil é devido às depreciações relacionadas aos novos bens incorporados ao imobilizado em operação após conclusão de obras e às amortizações de ativos intangíveis.

Recuperação de créditos – refere-se ao valor de créditos apurados conforme a lei que tornou a Cofins e o Pis/Pasep não cumulativos. Estes créditos são gerados a partir da aplicação das alíquotas das contribuições sobre as despesas com energia elétrica e serviços de terceiros contratados com pessoas jurídicas, aluguéis de bens móveis e imóveis, depreciação e também sobre os materiais adquiridos, como forma de compensar o valor da Cofins e do Pis/Pasep embutidos nos preços de produtos e serviços adquiridos pela Companhia no valor dessas contribuições a pagar.

Despesas comerciais

Compreendem aos gastos do sistema comercial da Companhia, conforme demonstrados no quadro abaixo:

1º Trimestre – *em R$ mil*	2008	2007	Variação R$	Variação %
Despesas comerciais	**37.640**	**34.722**	**2.918**	**8,40**
Pessoal	18.383	14.168	4.215	29,75
Baixas de contas – PDD	13.302	13.151	151	1,15
Serviços de terceiros	3.047	4.716	(1.669)	-35,39
Depreciações e amortizações	2.116	1.814	302	16,65
Material	637	752	(115)	-15,29
Gastos gerais	155	121	34	27,97

Principais variações e causas:

Pessoal – O aumento nos gastos apurados com pessoal no valor de R$4.215 mil ou o equivalente a 29,75%, se deve ao determinado pelo acordo coletivo 2006/2008. Tal acordo além de determinar o pagamento de verbas retroativas, aumentou o percentual da Gratificação de Desempenho Institucional – GDI variável para até 20% do salário nominal, além de fixar o percentual de reajuste salarial em 2%. Além disso, observamos outras variações de menor relevância, conforme demonstrado abaixo:

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

TÍTULO	31/03/2008	31/03/2007	Variação	
			R$	%
Ordenados e Salários/Hora Normal	7.226.192	5.711.388	1.514.804	26,52
Ordenados e Salários/Hora Extra	316.559	216.225	100.334	46,40
Gratificação de Função	26.020	25.098	922	3,68
Férias	1.579.558	1.223.671	355.887	29,08
Abonos e Gratificações de Ferias	0	0	-	-
13 Salário	673.512	532.789	140.723	26,41
Insalubridade	3.677	8.839	(5.162)	-58,40
Complemento de Auxílio Doença	0	1.125	(1.125)	-100,00
Gratificação por Desempenho Institucional	960.976	647.574	313.402	48,40
Previdência Social	2.635.967	2.061.500	574.467	27,87
FGTS	821.115	655.320	165.795	25,30
Seguro Acidentes de Trabalho	296.590	232.116	64.474	27,78
Indenizações/Aviso Prévio	13.630	6.918	6.712	97,01
Formação Profissional	0	270	(270)	-100,00
Lanche Padrão	140.124	97.170	42.954	44,20
Programa Vale Transporte	207.035	198.042	8.993	4,54
Programa. Suplementação - COPASS	247.878	191.670	56.208	29,32
Programa de saúde	254.354	240.837	13.517	5,61
Programa de Alimentação	2.414.885	1.765.687	649.198	36,77
Programa Seguridade	500.406	299.674	200.732	66,98
Outros Programas Assistenciais	46.349	35.311	11.038	31,26
Gratificação de Desempenho Gerencial	17.744	17.134	610	3,56
DESPESAS DE PESSOAL	**18.382.571**	**14.168.358**	**4.214.213**	**29,74**

Serviços de terceiros – Os gastos com serviços de terceiros apresenta uma variação devido a não distribuição das despesas de serviços de arrecadação em custos operacionais, no 1º trimestre de 2007, no valor de R$1.745 mil.

Despesas administrativas

Compreendem aos gastos com a estrutura de gestão da Companhia, que engloba os Conselhos de Administração e Fiscal, gabinetes de Diretoria e suas respectivas Superintendências vinculadas, cujas despesas se totalizam no quadro a seguir:

01944-5 CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS 17.281.106/0001-03

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

1º Trimestre – *em R$ mil*	2008	2007	Variação	
			R$	%
Despesas administrativas	**65.225**	**66.135**	**(910)**	**-1,38**
Pessoal	**41.748**	**44.679**	**(2.931)**	**-6,56**
Salários, honorários e encargos	33.206	35.075	(1.869)	-5,33
Assistência social / Previd. Privada	8.542	9.604	(1.062)	-11,06
Transferência para imobilizado ressarcimentos	-	-	-	-
Serviços de terceiros	**16.026**	**16.621**	**(595)**	**-3,58**
Serviços técnicos profissionais	3.244	1.688	1.556	92,18
Publicidade e propaganda	3.836	4.866	(1.030)	-21,17
Telefone	868	411	457	n.m.
Outras despesas	8.078	9.656	(1.578)	-16,34
Depreciações e amortizações	**4.060**	**1.764**	**2.296**	**n.m.**
Gastos gerais	**2.067**	**1.549**	**518**	**33,44**
Material	**1.324**	**1.522**	**(198)**	**-13,01**

Principais variações e causas:

Pessoal – A variação ocorrida nos gastos com pessoal refere-se, principalmente, a acerto em janeiro de 2008 do cadastro de áreas comerciais que encontravam-se cadastradas indevidamente no SAP como administrativas em 2007, correspondente ao 1º trimestre de 2007 o valor de R$2.062 mil.

Em maio de 2007, houve o reajuste determinado pelo acordo coletivo de 2006/2008. Tal acordo, além de determinar o pagamento de verbas retroativas, aumentou o percentual da Gratificação de Desempenho Institucional – GDI variável para até 20% do salário nominal, além de fixar o percentual de reajuste salarial em 2%. Além disso, observamos outras variações de menor relevância, conforme demonstrado abaixo:

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

TÍTULO	31/03/2008	31/03/2007	Variação	
			R$	%
Ordenados e Salários/HN	15.615.478	17.378.430	(1.762.952)	-10,14
Ordenados e Salários/HE	159.821	166.336	(6.515)	-3,92
Gratificação de Função	695.329	520.893	174.436	33,49
Gratificação de Representação	-	18	(18)	-100,00
Honorários Diretoria/Conselhos	653.053	588.551	64.502	10,96
Férias	3.992.679	3.208.562	784.117	24,44
13 Salário	1.583.838	1.592.904	(9.066)	-0,57
Insalubridade	24.868	23.723	1.145	4,82
Complemento Auxílio doença	2.029	5.920	(3.891)	-65,73
Gratificação de Desempenho Institucional	2.097.755	1.823.653	274.102	15,03
Previdência Social	6.152.650	5.938.546	214.104	3,61
FGTS	2007.228	2.188.893	(181.665)	-8,30
Seguro Acidentes de Trabalho	685.059	679.534	5.525	0,81
Indenizações/Aviso Prévio	1.154.605	625.128	529.477	84,70
Formação Profissional	146.619	57.962	88.657	n.m.
Lanche Padrão	178.211	111.625	66.586	59,65
Programa Vale Transporte	908.257	762.221	146.036	19,16
Programa Suplementação – COPASS	1.598.762	690.245	908.517	n.m.
Programa de saúde	1.004.359	4.348.481	(3.344.122)	-76,90
Programa Alimentação	2.595.400	2.045.455	549.945	26,89
Programa de Seguridade	1.867.999	1.379.432	488.567	35,42
Outros Programas Assistenciais	243.285	196.919	46.366	23,55
Contribuição para AECO	-	11.627	(11.627)	-100,00
Ressarcimento Funcionário Cedido para Convênio	(2.012.609)	-	(2.012.609)	-
Gratificação de Desempenho Gerencial	393.427	333.665	59.762	17,91
Despesas de Pessoal	**41.748.102**	**44.678.723**	**(2.930.621)**	**-6,56**

Depreciações e amortizações – O aumento de R$2.296 mil é devido à amortização referente ao início de operação do SAP ocorrido em setembro de 2007, no valor de R$1.754 mil, e de imobilização de compra de outros bens.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Outras Receitas/Despesas Operacionais – Devido à mesma natureza os itens são analisados em um mesmo comentário descrevendo seu desempenho tanto para receitas como para as despesas operacionais, conforme quadro abaixo:

1º Trimestre - R$ mil	2008	2007	Variação R$	Variação %
Outras Receitas Operacionais				
Receita de Serviços Técnicos	975	1.903	(928)	-48,77
Receita de Transferência de Tecnologia	4	0	4	-
Reversão de Provisão não Dedutível	1.339	525	814	n.m.
Recuperação de Contas Baixadas	5.031	6.833	(1.802)	-26,37
Outras Receitas	1.202	1.955	(753)	-38,52
Total de Outras Receitas Operacionais	**8.551**	**11.216**	**(2.665)**	**-23,76**
Outras Despesas Operacionais				
Perdas Eventuais ou Extraordinárias	(5.262)	(7.879)	2.617	-33,21
Outras Despesas	(4.695)	(1.144)	(3.551)	n.m.
Total de Outras Despesas Operacionais	**(9.957)**	**(9.023)**	**(934)**	**10,35**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	**(1.406)**	**2.193**	**(3.599)**	**n.m.**

Outras receitas operacionais – As outras receitas operacionais reduziram R$2.665 mil ou 23,76%, totalizando R$8.551 mil no 1º trimestre de 2008 contra R$11.216 mil no mesmo período de 2007. As principais ocorrências dentro deste grupo foram as reduções das receitas de serviços técnico no valor de R$ 928 mil, onde R$689 refere-se a receita de assistência técnica, e em recuperação de contas baixadas – PDD, no valor de R$1.803 mil.

Outras despesas operacionais – As outras despesas operacionais aumentaram R$934 mil ou 10,35%. A variação se deve a redução de R$2.617 de perdas eventuais ou extraordinárias, ocorrida no valor de R$3.848 mil em provisões para processos judiciais compensada pelo aumento de provisões para contingências no valor de R$1.345, e aumento de outras despesas no valor de R$3.551 devido a reclassificação das contas de Cofins, Pasep, IPVA e taxas de incêndios, no valor de R$2.557 mil, que em 2007 foram classificadas como despesas financeiras e em 2008 estão classificadas como outras despesas operacionais.

Geração de recursos ou EBITDA – Foram gerados R$191.049 mil no 1º Trimestre de 2008, contra R$173.795 mil no 1º Trimestre de 2007, apresentando um aumento de 9,93%. A margem EBITDA registrada foi de 40,15% no 1º Trimestre de 2008, contra 39,31% no 1º Trimestre de 2007, cujo aumento de 0,84p.p. decorre, principalmente, do crescimento das receitas operacionais líquidas.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Receitas e despesas financeiras – correspondem às operações de empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações. Devido à mesma natureza os itens são analisados em um mesmo comentário descrevendo seu desempenho tanto para receitas como para as despesas financeiras, conforme quadro abaixo:

1º Trimestre - R$ mil	2008	2007	Variação R$	Variação %
Receitas financeiras				
Variações monetárias e cambiais	4.586	7.272	(2.686)	-36,94
Juros	9.794	6.377	3.417	53,58
Ganho real em aplicações financeiras	23.172	21.332	1.840	8,63
Diversas	4	123	(119)	-97,75
Total de receitas financeiras	**37.556**	**35.104**	**2.452**	**6,98**
Despesas financeiras				
Variações monetárias e cambiais	(14.734)	(12.458)	(2.276)	18,27
Juros sobre financiamentos	(16.672)	(12.419)	(4.253)	34,25
Diversas	(2.592)	(6.053)	3.461	-57,18
Total de despesas financeiras	**(33.998)**	**(30.930)**	**(3.068)**	**9,92**
Receitas/Despesas financeiras	**3.558**	**4.174**	**(616)**	**-14,76**

O resultado financeiro líquido diminuiu R$616 mil ou 14,76%, atingindo o valor de R$3.558 no 1º trimestre de 2008, comparado com o valor de R$4.174 mil no mesmo período de 2007.

Principais variações e causas:

Variações monetárias e cambiais – A Companhia detém grande parte de seu passivo não circulante vinculado à oscilação da moeda americana. Em garantia a esses financiamentos, estão registrados em nossos ativos, cauções que representam um percentual desse passivo não circulante as quais são impactadas também pela oscilação da moeda americana. Neste 1º Trimestre as receitas financeiras vinculadas às cauções e provenientes das variações cambiais tiveram uma redução de R$2.686 mil. As despesas financeiras vinculadas ao passivo não circulante e, indexadas às variações cambiais, foram aumentadas em R$2.276 mil.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Juros – Esse item registra as receitas auferidas com os juros de parcelamentos de débitos das prefeitura, os juros incidentes sobre os empréstimos compulsórios, bem como da caução referente aos financiamentos do passivo não circulante. Os juros ativos, incidentes sobre débitos de clientes e da Prefeitura de Belo Horizonte, obtiveram uma variação de R$3.417 mil comparados com o mesmo trimestre do exercício anterior, enquanto os juros passivos aumentaram R$4.253 mil.

Ganho real em aplicações financeiras – O aumento de R$1.840 mil no 1º trimestre de 2008 se deve basicamente aos rendimentos obtidos nas aplicações financeiras, cujo aumento no período foi de R$99.717 mil.

Receitas/Despesas diversas – As receitas diversas compreendem as bonificações e dividendos auferidos pela companhia no 1º Trimestre em análise, comparado com os valores recebidos no mesmo trimestre do ano anterior. Esse item obteve uma redução de R$119 mil, referente basicamente aos descontos auferidos pela empresa. As despesas diversas são compostas por multas e acréscimos moratórios, despesas bancárias e encargos assumidos pela empresa. Esse item teve redução de R$3.461 mil no 1º Trimestre de 2008 em relação ao mesmo trimestre de 2007. Esta redução deve-se ao fato da reclassificação das contas de Cofins, Pasep, IPVA e taxas de incêndios, no valor de R$2.557 mil, que em 2007 foram classificadas como despesas financeiras e em 2008 estão classificadas como outras despesas operacionais.

Provisão para imposto de renda e contribuição social – A tributação sobre o lucro neste 1º trimestre de 2008 atingiu R$48.612 mil contra R$42.332 mil no igual trimestre do ano anterior. Conforme entendimento da Companhia, o valor do Imposto de Renda é calculado com base no Lucro Real apurado no período (25% sobre o Lucro Real) e a Contribuição Social é calculada aplicando-se 9% sobre o valor ajustado do lucro antes da contribuição social.

Lucro líquido do trimestre – O lucro líquido do 1º Trimestre de 2008 foi de R$86.931 mil com um aumento de R$2.261 ou 2,67% contra R$84.670 mil no igual trimestre do ano anterior.

2 - Análise e Discussão da Estrutura Patrimonial

A análise e a discussão a seguir sobre nossa estrutura patrimonial baseiam-se nas informações resultantes das nossas Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras.

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa.

Para efeito da análise e discussão indicada a seguir, foram consideradas aquelas rubricas que a Companhia entende materialmente relevantes para adequadamente justificar as alterações em sua situação patrimonial nas datas indicadas, seja em razão do montante de seu saldo, seja em razão da variação percebida entre tais datas.

2008 BALANÇO PATRIMONIAL DE ITR

Exercício Social – em R$ mil	31/03/2008 R$ mil	31/12/2007 R$ mil	Variação R$	Variação %
Ativo circulante	1.328.244	1.376.336	(48.092)	(3,49)
Ativo não circulante	4.513.791	4.388.631	125.160	2,85
Total do Ativo	**5.842.035**	**5.764.967**	**77.068**	**1,34**
Passivo circulante	499.791	522.525	(22.734)	(4,35)
Exigível a longo prazo	1.738.352	1.731.084	7.268	0,42
Patrimônio líquido	3.603.892	3.511.358	92.534	2,64
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**5.842.035**	**5.764.967**	**77.068**	**1,34**

2008 ATIVO CIRCULANTE - ITR

Exercício Social – em R$ mil	31/03/2008 R$ mil	31/12/2007 R$ mil	Variação R$	Variação %
Disponibilidades	38.989	166.792	(127.802)	(76,62)
Títulos e valores mobiliários	926.033	823.115	102.917	12,50
Contas a receber de clientes	324.883	335.819	(10.935)	(3,26)
Estoques	29.578	28.066	1.513	5,39
Impostos a recuperar	552	8.658	(8.106)	(93,63)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	376	(376)	-100%
Créditos diversos	8.209	13.510	(5.302)	(39,24)
Total do ativo circulante	**1.328.244**	**1.376.336**	**(48.092)**	**(3,49)**

Ativo Circulante

Caixa e Bancos

A conta 'caixa e bancos' diminuiu R$127.802, ou seja, 76,62% mil em relação a 31 de dezembro de 2007. Esta redução deve-se ao fato de que, do valor de R$150.000 mil, recebido em 26 de dezembro de 2007, relativo à emissão de debêntures, R$35.000 mil foram utilizados no pagamento de despesas, e R$115.000 mil que ficaram mantidos em conta corrente, foram, então, aplicados em janeiro de 2008 aguardando a extinção da CPMF a partir do dia 1º do referido mês, gerando redução nas contas 'banco' e aumento na conta 'aplicações financeiras'.

Títulos e Valores Mobiliários

A conta 'títulos e valores mobiliários' aumentou 12,50%, ou seja, R$102.917 mil, atingindo, em 31 de dezembro de 2007, R$823.115 mil, contra R$926.033 mil em 31 de março de 2008. A variação nessa conta é explicada pela aplicação de recursos recebidos oriundos de atividade da Companhia e de captação de recursos de terceiros, cujo valor de R$150.000 mil, recebidos em 26 de dezembro de 2007, parte dele, ou seja, R$115.000 mil, só foram aplicados em janeiro de 2008, devido não existir mais cobrança de CPMF.

Contas a Receber de Clientes

A rubrica 'Contas a Receber de Clientes' diminuiu R$10.935 mil em 31 de março de 2008 ou 3,26%. Esse fato é referente à diminuição de 4.428.848 m3 do volume faturado no período de janeiro a março de 2008, em comparação com o volume faturado em dezembro de 2007, que multiplicado a uma tarifa média de 2,3212, resulta em uma redução de R$10,3 milhões.

Impostos a recuperar

Este grupo diminuiu R$8.106 mil ou 93,62%, cujos valores foram R$8.658 mil em 31 de dezembro de 2007 contra R$552 mil em 31 de março de 2008. Refere-se à compensação de saldo negativo de imposto de renda e contribuição social no 1º trimestre de 2008.

Créditos Diversos

A conta 'créditos diversos' teve redução de 39,24%, ou seja, R$5.302 mil, em março de 2008, cujo valor de R$8.209 mil contra R$13.510 mil em dezembro de 2007.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

2008 ATIVO NÃO CIRCULANTE - ITR

Exercício Social – em R$ mil	31/03/2008 R$ mil	31/12/2007 R$ mil	Variação R$	Variação %
Realizável a longo prazo	344.040	342.139	1.901	0,56
Permanente	4.169.751	4.046.492	123.259	3,05
Investimentos	1.219	1.219	0	0,00
Imobilizado	4.161.459	4.042.087	119.372	2,95
Imobilizado em andamento	1.205.105	1.133.411	71.694	6,33
Imobilizado em serviço	2.956.354	2.908.676	47.678	1,64
Valor Original	5.571.198	5.463.623	107.575	1,97
Depreciações e Amortizações	(2.614.844)	(2.554.947)	(59.897)	2,34
Diferido	7.073	3.186		
Total do ativo não circulante	**4.513.791**	**4.388.631**	**125.160**	**2,85**

Ativo Não Circulante

Contas a Receber de Clientes

O grupo 'Contas a Receber a Longo Prazo', que está relacionado exclusivamente a débitos do Município de Belo Horizonte, diminuiu 3,18% atingindo o valor de R$179.675 mil em 31 de março de 2008 contra R$185.574 mil em 31 de dezembro de 2007. Essa diminuição se deve pela redução do valor da tarifa média mensal da Superintendência de Belo Horizonte – SPBH, que é a base de cálculo do acordo de débito da Prefeitura de Belo Horizonte com a Companhia. Os valores das tarifas foram, em dezembro de 2007 de 2,4419 e de março, de 2,3623, que influenciaram o faturamento a menor de R$5.898 mil no período.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Essa rubrica teve um crescimento de R$1.534 mil, numa variação de 2,93%, sendo seus valores em dezembro de 2007 de R$52.352 mil e R$53.886 mil em março de 2008. Essa variação justifica-se pelo aumento do crédito a compensar do imposto de renda e da contribuição social líquida compostos por provisões temporárias não dedutíveis e pela base negativa da contribuição social que representam um crédito fiscal de 34% calculados sobre os valores e diferido pelo prazo máximo de 10 anos.

Caução em garantia de financiamentos

O aumento nesta rubrica de 8,78%, ou seja, R$4.456 mil, no período de dezembro de 2007 a março de 2008, refere-se, basicamente, ao acréscimo de R$3.430 mil de nova aplicação de garantia de financiamento nas debêntures conta reserva e novos depósitos de garantia em função dos desembolsos da Caixa Econômica Federal no valor de R$1.319 .

Depósitos Judiciais

O valor da conta de depósitos judiciais em 31 de março de 2008 teve redução de R$52 mil, ou seja, 0,03 % , sendo R$ 13.899 em dezembro de 2007 e R$13.847 mil em março de 2008. O aumento decorreu de baixas do registro dos depósitos judiciais que garantem a manutenção da discussão dos processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

Ativo Permanente

Imobilizado

Nosso imobilizado aumentou em 3,05%, atingindo R$4.042.087 mil em 31 de dezembro de 2007, contra R$4.161.459 mil em 31 de março de 2008. Esse aumento explica-se, principalmente, pelos empreendimentos para expansão e criação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

2008 PASSIVO CIRCULANTE - ITR

Exercício Social – em R$ mil	31/03/2008 R$ mil	31/12/2007 R$ mil	Variação R$	Variação %
Empréstimos e financiamentos	101.093	95.760	5.333	5,57
Empreiteiros e fornecedores	67.345	93.332	(25.987)	(27,84)
Debêntures - juros remuneratórios	51.097	48.590	2.507	5,16
Impostos, taxas e contribuições	32.797	34.152	(1.355)	(3,97)
Provisão tributária	8.685	5.392	3.293	61,07
Provisão para férias e 13º salário	53.526	51.054	2.472	4,84
Provisão para processos em litígio	0	0	0	-
Participação dos empregados nos lucros	20.821	20.821	0	0,00
Juros sobre o capital próprio	77.129	77.135	(6)	(0,01)
Convênio de cooperação técnica	38.599	37.726	873	2,31
Plano de pensão	8.593	12.887	(4.294)	(33,32)
Energia Elétrica	28.986	33.134	(4.148)	(12,52)
Obrigações diversas	11.120	12.541	(1.421)	(11,33)
Total do passivo circulante	**499.791**	**522.525**	**(22.734)**	**(4,35)**

Passivo Circulante

Empréstimos e financiamentos de curto prazo

A conta de empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentou um saldo de R$95.760 mil em 31 de dezembro de 2007, contra R$101.093 mil em 31 de março de 2008. Esse aumento de 5,57%, ou seja, R$5.333 mil, refere-se a entradas de mais contratos na fase de retorno (amortização).

Fornecedores

Nossa conta de Fornecedores apresenta um saldo de R$93.332 mil em 31 de dezembro de 2007, contra R$67.345 mil em 31 de março de 2008. A redução foi de R$25.987 mil, ou seja, 27,84%, devido a possibilidade do reconhecimento ainda dentro do mês de dezembro de 2007 de valores normalmente registrados em um mês subseqüente ao de competência, sendo R$20 mil, de medições de obras, R$6,2 mil de fatura do Programa de Alimentação e R$1,4 mil de repasse tarifário.

Debêntures

A conta debêntures aumentou em 31 de março de 2008, apresentando o valor de R$51.097 mil contra R$48.590 mil em 31 de dezembro de 2007. A variação foi de 5,16% sendo de R$2.507 mil e se refere a transferência de valores do passivo não circulante das amortizações e de juros de carência e remuneratórios.

Provisão Tributária

Esta conta cresceu R$3.293 mil, ou seja, 61,07%, e apresentou em 31 de março de 2008 o valor de R$8.685 mil contra R$5.392 mil em 31 de dezembro de 2007. Essa variação é decorrente do término da compensação da base negativa da contribuição social.

Plano de pensão

Em 31 de dezembro de 2007 apresentava um saldo de R$12.887 mil, e em 31 de março de 2008 houve uma redução de R$4.294 mil, permanecendo um saldo de R$8.593 mil. A variação se deve à não recorrência da provisão das despesas do passivo Atuarial no valor de R$8,6 mil, registrado em março de 2007.

Energia Elétrica

Nossa conta de energia elétrica apresenta um saldo de R$33.134 mil em 31 de dezembro de 2007, contra R$28.986 mil em 31 de março de 2008. Seu índice foi de 12,52% de redução, e seu valor, R$4.148 mil. Essa variação decorre do fato de a Cemig, fornecedora de energia elétrica à Companhia, estar passando por processo de adequação em seu sistema de informações, impossibilitando o envio da fita magnética que compõe a interface com SICOE, resultando em repetição de dados para a conta de provisão.

2008 OBRIGAÇÕES DIVERSAS - ITR

Exercício Social – em R$ mil	31/03/2008 R$ mil	31/12/2007 R$ mil	Variação R$	Variação %
Obrigações Diversas	**11.120**	**12.541**	**(1.421)**	**(11,33)**
Prefeituras	8.078	8.254	(176)	(2,13)
Repasse Tarifário	100	343	(243)	(70,85)
Débitos de Concessões	7.978	7.911	67	0,85
Outras	3.042	4.287	(1.245)	(29,04)

Obrigações diversas

A conta obrigações diversas, atualmente, está composta pelas consignações a recolher (valores descontados da folha de pagamento de empregados) e por encontro de contas e renovação de concessões.

O saldo dessa conta em 31 de dezembro de 2007 era de R$12.541 mil, tendo diminuído 11,33% em 31 março de 2008, ou seja, R$1.421 mil contra R$11.120 mil em 31 de março de 2008. Porém, a variação de maior relevância dentro desta conta é a discriminação de sua abertura 'outras'. Esta sofreu redução de 29,04%, ou seja, R$1.245 mil, devido o fato de que em

dezembro são maiores seus valores em função do pagamento de 13º salário das obrigações que se referem à folha de pagamento.

2008 PASSIVO NÃO CIRCULANTE - ITR

Exercício Social – em R$ mil	31/03/2008 R$ mil	31/12/2007 R$ mil	Variação R$	Variação %
Empréstimos e financiamentos	**1.318.829**	**1.314.735**	4.094	0,31
Em moeda nacional	**710.865**	**694.569**	16.296	2,35
Caixa Econômica Federal	523.303	499.266	24.037	4,81
Governo Estadual / BDMG	24.861	25.542	(681)	(2,67)
Tesouro Nacional	162.701	169.761	(7.060)	(4,16)
Em moeda estrangeira	**69.102**	**70.755**	(1.653)	(2,34)
Banco do Brasil	1.995	2.037	(42)	(2,06)
Prosam / Bird	0	0	0	-
União federal - bônus	67.107	68.718	(1.611)	(2,34)
Debêntures	**538.862**	**549.411**	(10.549)	(1,92)
debêntures não conversiveis	397.526	408.160	(10.634)	(2,61)
debêntures conversiveis	141.336	141.251	85	0,06
Provisão para contingências	34.441	32.737	1.704	5,21
Provisões tributárias	106.112	104.767	1.345	1,28
Plano de Pensão	**154.529**	**153.896**	633	0,41
Energia Elétrica	**57.938**	**59.723**	(1.785)	(2,99)
Adiantamento para futuro aumento de capital	**8.797**	**8.797**	0	0,00
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**16.147**	**15.855**	292	1,84
Outras obrigações	**41.559**	**40.574**	985	2,43
Total do passivo não circulante	**1.738.352**	**1.731.084**	**7.268**	**0,42**

Passivo Não Circulante

Empréstimos e financiamentos de longo prazo

Nossa conta de empréstimos e financiamentos de longo prazo aumentou 0,31% no período de dezembro de 2007 a março de 2008. A diferença foi de R$4.094 mil e a principal conseqüência é o aumento de R$24.037 mil referente a financiamentos normais da Companhia junto à Caixa Econômica Federal.

Debêntures

A conta debêntures de longo prazo diminuiu R$10.549 mil, ou seja, 1,92%, apresentando o valor de R$549.411 mil em 31 de dezembro de 2007, contra um montante de R$538.862 mil em 31 de março de 2008. Essa redução se deve às transferências de valores para o curto prazo, não havendo, no período, desembolsos a favor da Companhia.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

2008 PATRIMÔNIO LÍQUIDO - ITR

Exercício Social – em R$ mil	31/03/2008 R$ mil	31/12/2007 R$ mil	Variação R$	Variação %
Saldo inicial	**3.511.358**	**3.505.206**	6.152	0,18
Doações e subvenções	5.603	6.152	(549)	(8,92)
Lucro acumulado	86.931	0	86.931	**100%**
Saldo final	**3.603.892**	**3.511.358**	**92.534**	**2,64**

Patrimônio líquido

Nosso patrimônio líquido aumentou 0,18%, atingindo R$3.603.892 em 31 de março de 2008, contra R$3.511.358 mil em 31 de dezembro de 2007. Tal evolução refere-se, principalmente, à geração de lucros no período, no valor de R$86.931 mil.

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado, seguem os Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais – ITR, na data de 31 de março de 2008

1) Acionistas com mais de 5% das ações de cada espécie e classe – ITR

Posição acionária dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da Companhia, até o nível de pessoa física		
Companhia: Companhia de Saneamento de Minas Gerais COPASA MG	**Posição em 31/03/2008 (em unidades)**	
Acionista	**Ações ordinárias**	
	Quantidade	**%**
Estado de Minas Gerais	61.188.867	53,13
Prefeitura de Belo Horizonte	11.134.984	9,67
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG(1)	7.641.537	6,64
Administradores	720	-
Ações em Tesouraria	370.176	0,32
Outros	34.828.664	30,24
Total	**115.164.948**	**100,00**

(1) A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG tornou-se acionista da COPASA em 27/11/2007 e, portanto não foi mencionada no quadro referente a 31/03/2007.

Posição acionária dos acionistas da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG detentores de mais de 5% das ações em 31/03/2008		
Acionista	**Ações Ordinárias**	
	Quantidade	**%**
Estado de Minas Gerais	130.794	98,64
Outros	1.798	1,36
Total	**132.592**	**100,00**

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Posição acionária dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da Companhia, até o nível de pessoa física		
Companhia: Companhia de Saneamento de Minas Gerais COPASA MG	**Posição em 31/03/2007 (em unidades)**	
Acionista	**Ações ordinárias**	
	Quantidade	**%**
Estado de Minas Gerais	68.830.404	59,77
Prefeitura de Belo Horizonte	11.134.984	9,67
Capital Group International – Inc (²)	5.766.800	5,01
Administradores	720	-
Ações em Tesouraria	370.176	0,32
Outros	29.061.864	25,23
Total	**115.164.948**	**100,00**

(²) Empresa de capital no exterior.

2) Posição dos controladores, Administradores e ações em circulação

Posição acionária consolidada dos Controladores, Administradores e ações em circulação em 31/03/2008 (em unidades)		
Acionista	**Ações ordinárias**	
	Quantidade	**%**
Controlador - Estado de Minas Gerais	61.188.867	53,13
Município de Belo Horizonte	11.134.984	9,67
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG	7.641.537	6,64
Administradores		
Conselho de Administração	139	-
Diretoria	581	-
Conselho Fiscal	177	-
Ações em tesouraria	370.176	0,32
Outros acionistas	34.828.487	30,24
Total	**115.164.948**	**100,00**
Ações em circulação	**34.828.664**	**30,24**

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Posição acionária consolidada dos Controladores, Administradores e ações em circulação em 31/03/2007 (em unidades)		
Acionista	**Ações ordinárias**	
	Quantidade	**%**
Controlador - Estado de Minas Gerais	68.830.404	59,77
Município de Belo Horizonte	11.134.984	9,67
Administradores		
Conselho de Administração	139	-
Diretoria	581	-
Conselho Fiscal	219	-
Ações em tesouraria	370.176	0,32
Outros acionistas	34.828.445	30,24
Total	**115.164.948**	**100,00**
Ações em circulação	**34.828.664**	**30,24**

3) Cláusula compromissória

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do Estatuto Social.

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG
Belo Horizonte – MG

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais – ITR's da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG (individuais e consolidadas), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa, o relatório do desempenho e as notas explicativas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e suas controladas, quanto aos critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais e, (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e suas controladas.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais referidas no primeiro parágrafo, para que estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, incluindo a Instrução CVM no. 469 de 02 de maio de 2008.

4. Conforme mencionado na nota explicativa 2, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei n˚ 11.638, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei n° 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou algumas mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores para serem integralmente aplicadas pelas companhias. Dessa forma, nessa fase de transição, a Comissão de Valores Mobiliários, por meio da Instrução CVM 469 permitiu a não-aplicação das disposições da Lei n° 11.638/07 na preparação das Informações Trimestrais (ITR's). Assim, as informações contábeis contidas nas ITR's do trimestre findo em 31 de março de 2008, foram elaboradas de acordo com instruções específicas da CVM e não contemplam as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei n° 11.638/07.

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

5. Conforme mencionado na nota explicativa 26, a partir de 20 de setembro de 1989, a Companhia passou a ser contribuinte, em regime especial, do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS, relativamente ao fornecimento de água tratada. De acordo com a opinião de seus assessores jurídicos, para consecução da referida cobrança seriam necessários atos normativos específicos regulamentando o assunto. Até o presente momento, não há nenhuma definição por parte do poder executivo estadual quanto aos critérios de cálculo e exigência de cobrança do referido imposto; bem como, este não é parte integrante do cálculo tarifário da Companhia, o qual é promulgado pelo Estado de Minas Gerais. Consequentemente, o referido imposto não vem sendo cobrado dos consumidores e também não vem sendo provisionado pela Companhia ou repassado ao Governo Estadual.

6. As informações das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, incluídas nestas Informações Trimestrais, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram, em 18 de março de 2008, parecer contendo parágrafo de ênfase sobre o mesmo assunto mencionado no parágrafo 5 acima. Adicionalmente, as informações contábeis de 31 de março de 2007, incluídas nestas Informações Trimestrais, foram revisadas por aqueles mesmos auditores independentes, que emitiram relatório de revisão especial, datado de 15 de maio de 2007, contendo: (i) ressalva com relação aos cálculos do passivo atuarial atribuíveis aos exercícios de 2006 e 2005, devido à utilização de critérios distintos adotados pela Companhia, para a determinação das estimativas dos ganhos e perdas atuariais atribuíveis a esses exercícios (utilizando-se dos rendimentos reais para a determinação dos ganhos atuariais e de valores estimados para a determinação das perdas atuariais), o que não é aceito pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, levando o passivo não circulante e o patrimônio líquido em 31 de março de 2007 a estarem apresentados a menor e a maior em R$33.165 mil, respectivamente. Essa ressalva foi eliminada quando da emissão do Parecer sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 pelos mencionados auditores, uma vez que a Companhia ajustou estes efeitos naquela data. No entanto, as informações contábeis relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2007, incluídas nas presentes ITR’s, não foram alteradas para corrigir eventuais efeitos de tal ajuste naquele período; (ii) ressalva por limitação de escopo referente à metodologia adotada pela Companhia para calcular a parcela do crédito presumido da Cofins e do Pasep, baseada na opinião de seus consultores legais internos quanto à interpretação das normas legais que disciplinam o assunto, que, na data de emissão do relatório de revisão especial dos outros auditores encontrava-se em processo de revisão. Conforme descrito na Nota Explicativa nº. 16, no segundo semestre de 2007 foi concluído estudo conduzido por consultor externo independente, que determinou a revisão da estimativa da base de cálculo dos referidos tributos, com o conseqüente registro de R$40.163 mil a título de provisões tributárias, no passivo não circulante. Assim, o parecer daqueles auditores sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, não incluiu qualquer menção com relação a esse assunto. No entanto, as informações contábeis

relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2007, incluídas nas presentes ITR's, não foram alteradas para corrigir eventuais efeitos de tal ajuste naquele período.

Belo Horizonte (MG), 12 de maio de 2008.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-MG

João Ricardo P. Costa
Contador CRC - 1RJ 066.748/O-3-S-MG

19.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Alterações feitas apenas no relatório do Comentário de Desempenho do consolidado, nos quadros:

-2008 BALANÇO PATRIMONIAL DE ITR
-2008 ATIVO CIRCULANTE
-2008 ATIVO NÃO CIRCULANTE
-2008 PATRIMÔNIO LÍQUIDO. (texto)

Consequentemente os valores das análises foram atualizados.

Alteração feita no dia 24/07/2008:

Alteração da data no quadro 16 (Outras informações que a Companhia entenda relevantes)

A data do primeiro quadro que era 31/03/2007 foi alterada para 31/03/2008.

Alteração feita no dia 01/08/08

Alteração no quadro 16:

Inclusão do quadro “Posição acionária dos acionistas da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG detentores de mais de 5% das ações em 31/03/2008”

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTOS DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	NOTAS EXPLICATIVAS	9
05	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	65
06	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	88
06	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	89
07	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	91
08	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	93
16	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	112
17	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	115
19	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	118